

CIDADE-DESEJO-TRAVESTI

Urbanidades trans às margens das cidades

TRANSVESTITE-DESIRE-CITY
Trans urbanities on the outskirts of cities

Silvana de Souza Nascimento¹

Resumo

Este artigo apresenta uma reflexão antropológica sobre a produção de uma urbanidade trans e travesti que se faz por meio da circulação entre cidades de diferentes escalas que movimenta os mercados do sexo, inclusive a prostituição. Além disso, oferece uma ampla revisão bibliográfica no campo das ciências sociais e das humanidades no que se refere a travestis e mulheres trans no Brasil, primeiro em pesquisas realizadas por pessoas cisgêneras e, nos últimos dez anos, por pesquisadoras trans. A ideia é analisar como cidades trans vão sendo problematizadas nas pesquisas brasileiras e como elas são pensadas a partir das experiências no trabalho sexual. Mostro também como a temática da prostituição vai perdendo centralidade quando as pesquisas são deslocadas para autorias trans e travestis e outros interesses acadêmicos emergem, abrindo espaço para um campo amplo de epistemologias trans.

Palavras-chave: cidades, urbano, transgeneridades, travestilidades, interdisciplinaridade.

Abstract

This article proposes an anthropological discussion on the production of a trans and transvestite urbanity that takes place through the traffic between cities of different scales that mobilizes the sex industry, including prostitution. Furthermore, I offer a wide brazilian bibliographical review in social sciences and humanities about transvestites and trans women, first in research undertaken by cisgender people and, in the last ten years, by trans researchers. The aim is to analyze how trans cities have been problematized in Brazilian research and how they are conceptualized from experiences in sex work. Then I show how the theme of prostitution loses its centrality when research shifts to the authorship of trans and transvestites scholars, and other academic interests emerge, giving rise to a broad range of trans epistemologies.

Keywords: cities, urban, transgenderities, transvestism, interdisciplinarity.

Quem dentre vocês que me leem se permitiria viver essa gama de transas, beijos, se permitiria sentir, tentar sentir, fingir ao menos, tesão por esses corpos todos que abundam nos meus braços, corpos (assim como o meu, mas de forma toda outra) rejeitados pela norma, dissidentes, resistentes, preteridos, corpos brutos, gordos, negros, peludos, com deficiência, fora do padrão de beleza, de macheza, autoestima lá embaixo, tímidos, oprimidos, travados, corpos que só se sentem à vontade conosco, que se entregam apenas em nossas camas, que precisam de nós pra não pirar nessa vida de exclusões... decorrência direta dos padrões normativos de beleza e macheza é algumas pessoas só terem acesso à experiência do sexo por meio das putas. Até que ponto a prostituição não existe também em função disso? Há algo de Jesus Cristo em toda prostituta, esse desprendimento do “se quer ser perfeito, vai, venda tudo o que tem e dê pros pobres” (Mateus 19: 21) ... não à toa ele próprio afirmou que “as prostitutas vos precederão no Reino de Deus” (Mateus 21: 31). Mas aguardem, o ataque às normas vai se intensificar por aqui: essa língua travesti puta escritora vai ser libertária ou não será (Amara Moira, E se eu fosse puta, 2016, p. 130/131).

Introdução

Nas bordas das cidades que não se encontram necessariamente na rota dos grandes eixos econômicos, uma intensa circulação de pessoas se faz por meio de trocas afetivas, sexuais, materiais e simbólicas que constroem fluxos dos mercados do sexo e das economias corporais-sexuais. São travestis e mulheres trans que desenham trajetórias pessoais e coletivas entre espaços urbanos, em cidades de diferentes escalas, do sertão ao litoral, tecendo lugares de sobrevivência e amplas redes de troca para além dos modelos das famílias tradicionais e das cisheteronormas. Por meio do trabalho sexual, iniciam seus primeiros ofícios e recebem seus primeiros *aquês*², são reconhecidas e desejadas com e pelos corpos que possuem, moldados por meio de subjetividades, gestos, poses, desejos, hormônios, silicones, vestimentas, perfumes, maquiagens, saltos. Na pista, *batendo porta*, elaboram conhecimentos próprios sobre corpo, transição de gênero, hormonização, afetos, homens, mulheres, sexo, violência, cidade, consumo, dinheiro.

Como ervas daninhas (para quem?) que insistem em brotar no asfalto, as putas trans irrompem em meio ao projeto urbanístico das cidades planejadas, requalificadas e gentrificadas. Brotam no meio-fio das calçadas desertas, que margeiam rios poluídos. Proliferam-se em beiras de estrada e em postos fiscais onde passam caminhoneiros e outros trabalhadores. Resistem em praças que não conseguiram oferecer atividades de lazer para as “famílias de bem”. Subsistem entre muros de equipamentos urbanos e movimentam-se entre grades, catracas e guaritas de segurança que insistem em controlar o direito de ir e vir.

Assim, ocupam diferentes espaços urbanos, em cidades com escalas distintas, mas que possuem em comum a possibilidade de circulação e passagem de gente, desejos, coisas, dinheiro. Nesse trânsito polissêmico, simbólico, corporal e econômico, há todo um conhecimento que foi elaborado nas ruas, que possibilitou o surgimento das primeiras pesquisas sobre travestis no Brasil, a partir dos anos 80. Um saber compartilhado que tornou possível a sua sobrevivência a despeito de todas as adversidades e violências

¹ Sil Nascimento é docente do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo, e coordenadora do grupo de pesquisa CÓCCIX - Estudos indisciplinados do corpo e do território. Usa pronomes neutros e femininos (elu/ela).

² *Aquê*, na linguagem do pajubá, significa dinheiro.

pelas quais passam. Por 15 anos ininterruptos, o Brasil é o país que mais mata travestis e mulheres trans no mundo, em sua maioria negras (Benevides, 2022). Apesar de a rua – *a pista* – ser o lugar de onde provém seu sustento e no qual podem exercer suas expressões de gênero, é nela em que são brutalmente assassinadas e violentadas.

Esse cenário fez parte de meu campo de atuação como antropóloga³, ao longo de mais de quinze anos acompanhando travestis e mulheres trans, entre Paraíba, São Paulo e Alto Solimões, realizando pesquisas etnográficas e atuando com movimentos sociais e organizações da sociedade civil. As regiões onde pude realizar trabalhos de campo são, de um lado, territórios incluídos nas chamadas rotas da exploração sexual e do tráfico de pessoas pelas políticas de segurança pública e dos direitos humanos e, de outro, são fluxos de sobrevivência que se movem por forças materiais, sexuais e afetivas e criam regimes de urbanidade descolados de uma cidade em si mesma. Compõem uma rede urbana que inclui cidades de pequeno, médio e grande porte, mas que, antes de mais nada, são construídas a partir da circulação e de várias atividades que envolvem prostituição e outras modalidades de sexo pago⁴. Nesse contexto, a prostituição pode ser reconhecida como uma profissão ou ser vivida como atividade secundária para complementação da renda, e inclusive pode estar relacionada a relações afetivas com homens, de forma não monogâmica, nos quais os encontros estão permeados por trocas afetivas, sexuais e materiais (Olivar Nieto, 2010). Por meio de trocas afetivo-sexuais, que envolvem dinheiro e outros bens, materiais e simbólicos, travestis e mulheres trans fazem contínuos movimentos entre cidades e nesses deslocamentos delineiam um contínuo fazer urbano transitivo (e transitório). E, ao mesmo tempo, produzem corporeidades também transitivas.

Assim, pude acompanhar alguns fragmentos dessas mobilidades, iniciando pelo Litoral Norte da Paraíba, passando pela capital João Pessoa, entre 2009 e 2015, e pela metrópole São Paulo a partir do território do Butantã, próximo à Cidade Universitária e da Universidade de São Paulo (entre 2015 e 2017 e entre 2020 e 2023), e no Alto Solimões, na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia, na região amazônica (no mesmo período anterior), reflexões que já foram apresentadas em diferentes artigos e livros (Nascimento, 2014; Nascimento, 2018; Nascimento, 2019a; Nascimento, 2019b)⁵.

Para este artigo⁶, pretendo apresentar, a partir de um mapeamento bibliográfico brasileiro, uma análise panorâmica sobre como travestis e mulheres trans fazem cidades, apontando quais problemáticas se apresentaram na literatura. Minha intenção não é discutir, especificamente, a prostituição em si, o que levaria a discussões sobre trabalho, regulamentação, relações afetivo-sexuais, relações de poder, entre outros

³ Utilizarei a linguagem de gênero não binária quando utilizar o plural e/ou me referir a grupos de pessoas e ainda a pessoas que utilizam pronomes neutros. Essa opção deve-se a um posicionamento político para problematizar o binarismo da língua portuguesa e, portanto, a exclusão da possibilidade de utilizar pronomes neutros ou não-binários em termos gramaticais. Geralmente, no Brasil, tem se utilizado o “e” para abarcar diferentes expressões de gênero na linguagem, conforme, por exemplo, as recomendações de Ophelia Cassiano (2019). Todavia, arrisco aqui outra proposta provocadora que nos mobilize a pensar em outras formas de incluir e comunicar as transitividades e as não-binariedades de gênero.

⁴ “A lista é imensa, abarcando os bordéis, boates, bares, discos, saunas, linhas telefônicas eróticas, sexo virtual através da Internet, casas de massagem, serviços de acompanhantes, agências matrimoniais, hotéis, motéis, cinemas e revistas pornô, filmes e vídeos, serviços de dominação e submissão/sadomasoquismo, prostituição na rua” (Piscitelli, Adriana, 2005, p.1).

⁵ As pesquisas foram financiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de S. Paulo (FAPESP).

⁶ As discussões deste artigo começaram a ser gestadas em dois artigos publicados de minha autoria e tiveram aqui maiores desdobramentos e aprofundamentos. O primeiro foi publicado em 2018 na Revista *Vibrant*, “Desire-cities: a transgender ethnography in the urban boundaries” (vol. 15, n. 1) e o segundo em 2019 na *Revista Colombiana de Antropología*, “Corpografías divergentes: las ciudades deseadas y las prohibidas en las experiencias travestis (Brasil)” (v. 55).

temas, mas refletir o que a prostituição pode ensinar: pensá-la como um caminho efetivo para possibilidades de mobilidade social e econômica, modificações corporais, autodeterminações e autopercepções de gênero (e de sexualidade) e reconhecimento.

Urbanidades trans

A complexa configuração dos espaços urbanos no mundo contemporâneo, as discussões sobre cidades-globais e cidades-mundo (Sassen, 1991), pós-urbano (Mongin, 2009), trânsitos e redes transnacionais (Piscitelli, 2013), fluxos e mobilidades (Hannerz, 1997, Agier, 2011), circuitos e trajetos (Magnani, 2012), cidades invisíveis (Latour, 2007) nos incitam a elaborar novas perspectivas no campo dos estudos urbanos no Brasil. Pouca atenção tem sido dada, até agora, a processos que perpassam fronteiras interurbanas e mobilizam escalas diferenciadas, que possibilitam mobilidades entre cidades de grande, médio e pequeno porte, entre a floresta e a capital, entre o litoral e o sertão. Movimentos onde não há um único lugar de chegada nem de partida que são protagonizados por pessoas que se prostituem, agentes que participam de economias sexuais, viajantes e migrantes que encontram na circulação e na viagem a sua permanência. Transitam entre cidades e modelam-se na trama de experiências temporárias em lugares que oferecem possibilidades de ascensão social e econômica e que possam acolher seus modos de ser e de estar. Ao observar a circulação travesti por diferentes cidades, marcadas por contextos sócio-históricos e escalas distintos, proponho pensar em urbanidades trans que não estão diretamente associadas a cidades específicas: uma urbanidade que se constitui nas margens, definida pela mobilidade espacial e pela transformação corporal.

De Mamanguape, onde iniciei minhas pesquisas em 2008, uma cidade de aproximadamente 45 mil habitantes no Litoral Norte paraibano, que margeia a rodovia BR 101, passando por capitais nordestinas como João Pessoa, com uma população estimada em 820 mil, e Recife, com 1 milhão e 600 mil habitantes, até metrópoles como São Paulo, com mais de 12 milhões de moradores, e Rio de Janeiro, com mais de 6 milhões e 70 mil habitantes⁷, e algumas cidades europeias, delinea-se um circuito que não se fixa em um espaço urbano determinado, mas se prolifera, molecularmente. Essa proposta inspira-se, de certo modo, na noção de tecido urbano, de Henri Lefèbvre (2006), definida como uma “espécie de rede de malhas desiguais, que deixam escapar setores mais ou menos amplos, lugarejos ou aldeias, regiões inteiras” (Lefèbvre, 2006, p. 11). Essa malha pode ser pensada como um ecossistema, uma unidade coerente ao redor de uma ou várias cidades. Não é apenas uma unidade morfológica, mas um modo de viver que se expande para zonas rurais e constrói um sistema próprio de valores, práticas e socialidades.

Em minhas experiências de pesquisa, as interlocutoras atravessam aldeias indígenas potiguara, visitam parentes em áreas rurais, moram em cidades pequenas, médias e grandes de forma sazonal e temporária, imaginam conhecer a Europa (sendo que algumas conseguem concretizar este sonho) e oferecem a possibilidade de pensar em urbanidades para além de cidades definidas por suas delimitações político-administrativas. As cidades almejadas por elas são imagens tecidas nas concretudes de seus corpos que, por meio de trocas materiais e simbólicas, descolam-se por territórios onde podem se tornar visíveis e reconhecidas. Refugiam-se em territórios urbanos móveis onde há possibilidade de sobreviver, consumir bens, cultivar relações afetivo-sexuais, acessar serviços de saúde, acionar redes de amizade, movimentar-se e tentar viver para além das violências, discriminações e segregações pelas quais são

⁷ Dados de população estimada para 2021, fonte do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

vítimas.

A ideia de cidade-refúgio apresentada por Olivier Mongin (2009) mostra-se frutífera para se pensar na condição urbana no que diz respeito às travestis e às trabalhadoras sexuais, lugar onde é possível acolher condenados e exilados (periféricos e precários) sem demarcá-los pela sua origem ou nacionalidade (e por que não gênero?).

A cidade é um espaço de onde se pode entrar e sair, um espaço onde se pode encontrar refúgio, um espaço de direitos que não se define unicamente pelo dentro, a identidade, o pertencimento, mas pela relação mantida entre um dentro e um fora. A hospitalidade é indissociável dos fluxos migratórios, dos fluxos de refugiados e de exilados que reivindicam pela cidade seu “direito de possuir direitos (Hannah Arendt)” (Mongin, 2009, p. 105).

Para o autor, nos tempos contemporâneos, o modelo de cidade europeia, circunscrito a uma espacialidade geográfica, está perdendo lugar para outros modelos urbanos que apontam para dispersão e fragmentação de um mundo “pós-cidade” regulado por fluxos tecnológicos, de telecomunicações, transportes, bens, conhecimentos, corpos, etc. Para ele, “a cidade é uma mistura de mental e de construído, de imaginário e físico. Ela remete ao mesmo tempo à matéria, ao construído, e às relações entre indivíduos que, coincidindo mais ou menos bem, fazem dela, ou não, um sujeito coletivo” (Mongin, 2009, p. 22). Nesse sentido, a condição urbana pode designar tanto um território específico quanto uma experiência, sendo esta vivida no espaço público por meio do corpo e do sensível.

Sem fim nem começo, a experiência urbana se desdobra, contudo, progredindo do privado ao público sem que este seja o resultado final. A experiência urbana é um movimento sempre reiterado porque impede de se fechar numa origem ou de se esconder por trás de uma cerca (Mongin, 2009, p. 39).

Fazendo um outro caminho, Manuel Delgado pensa a noção de urbano como “un estilo de vida marcado por la proliferación de urdimbres, relaciones deslocalizadas y precarias” (Delgado, 1999, p. 23). Diferentemente da cidade, o urbano estrutura-se na instabilidade, um constante fazer-se, espaço sem limites e marcas definidos. Essa instabilidade possibilita não somente encontros entre os diferentes, mas conflitos e desigualdades que revelam as marcas dos processos coloniais e das relações de poder (Benach e Delgado, 2022). Assim, são os espaços intersticiais que desvelam as relações desiguais e de discriminação que se reproduzem continuamente nas cidades, como se o urbano tivesse a capacidade de atravessá-las, desdobrá-las e colocá-las à prova. E daí a centralidade que os estudos clássicos urbanos deram à figura do nômade, do transeunte, do estrangeiro, que vê as cidades com outra perspectiva, aqui e lá, sem pertencer, sem permanecer.

Ao perseguir corpos em suas experiências urbanas, Mongin associa os cidadãos à figura do nômade, que se reterritorializa no processo de desterritorialização e vice-versa (Deleuze e Guatari, 1997). E, assim, a condição urbana é pensada como um processo inconcluso que se faz e se refaz pelas redes de relações e interações entre múltiplos agentes e fluxos. Paralelamente à figura clássica do nômade, que se faz na deriva urbana, Michel Agier propõe pensar na situação de fronteira para definir o que ele chama de condição cosmopolita. De uma perspectiva antropológica, a condição cosmopolita nasce nas e das fronteiras, em lugares e tempos incertos, em experiências intersticiais e incompletas, tais como campos de refugiados, favelas, periferias, territórios transnacionais, etc., que produzem deslocamentos e grandes mobilidades.

Para o autor, o mundo contemporâneo está entre a fronteira e o muro. Revela, de um lado, situações liminares que atravessam lugares, produzindo instabilidades e movimentações, e, de outro, processos que reproduzem essencialismos e cristalizações. E são nas situações de fronteira que nasce a condição cosmopolita, espaço do desprendimento, da clandestinidade, da marginalidade, da migração e dos deslocamentos, tais como os que acompanho em relação às travestis que exercem o trabalho sexual. Desse modo, a urbanidade não é pensada necessariamente como lugar do anonimato, mas da alteridade (Benach e Delgado, 2022). A instabilidade é seu processo de estruturação, espaço sem limites e marcas definidos, em constante fazer-se. Desse modo, a condição cosmopolita é também travesti.

Pesquisas sobre travestis em cidades

Grande parte das pesquisas, no Brasil, sobre travestilidades e questões trans na área de antropologia e ciências humanas, de modo geral, esteve voltada, durante três décadas, para capitais e regiões metropolitanas e começou a se desenvolver no final da década de 1980. E todas, sem exceção, foram produzidas por pessoas que não se identificavam, explicitamente, como pessoas trans ainda que muitas estivessem incluídas em algumas das letras LGBTQIAPN+.

Já em 1959 Roger Bastide escreveu um artigo pioneiro, “O homem disfarçado em mulher” no livro *Sociologia do Folclore Brasileiro*, no qual descrevia os rituais de travestismo e inversão de gênero no carnaval, que de certo modo podia ser pensado como uma primeira reflexão sobre pessoas que experimentavam transições para gêneros femininos, de forma permanente ou pontual. Em 1983, Neuza de Oliveira parece ter sido a pioneira nas pesquisas nesta área no campo das humanidades⁸ e, por meio de pesquisas em Salvador, apresentou um olhar psicanalítico sobre experiências travestis assumindo a perspectiva de que apresentavam comportamentos “invertidos” sexualmente, a reprodução de uma visão clássica freudiana.

Na década de 1980, Luiz Mott elaborou pesquisas historiográficas que indicaram relatos da “primeira travesti brasileira” em Salvador, Bahia, no período colonial, escravizada, originária do Congo, que passou a ser chamada posteriormente de Xica Manicongo. Por meio de documentos do Tribunal do Santo Ofício, do século 16, o autor investigou “crimes de sodomia” na tentativa de resgatar histórias e experiências de homossexuais e transexuais (Mott, 1988; 1999). Sua história, posteriormente, foi trazida à tona por pesquisadoras trans, como Jaqueline Gomes de Jesus (2019)⁹ e Megg Rayara Gomes de Oliveira (2020) e também continua a ser lembrada como a marco fundamental da memória ancestral travesti no Brasil por organizações de movimentos trans, coletivos artísticos e universitários¹⁰. As pesquisas de Luiz Mott, um dos fundadores do Grupo Gay da Bahia (GGB), ofereceram uma porta de entrada importante para aproximações historiográficas com a memória trans no Brasil e não à toa um dos primeiros registros conhecidos é justamente uma travesti negra, escravizada, na cidade de Salvador. Contudo, ainda são necessárias muitas outras pesquisas no campo da arqueologia e

8 Seu trabalho somente foi publicado em 1994, pelo Centro Editorial e Didático da Universidade Federal da Bahia (CEB/UFBA).

9 Conforme relata Jaqueline Gomes de Jesus (2019), os documentos apresentados por Mott mantinham, como era de esperar, o prenome de Francisco que, posteriormente, em 2010, foi atualizado para Francisca por iniciativa de Majorie Marchi, militante travesti negra que presidia a ASTRA-Rio (Associação de Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro). Nesse mesmo ano, a associação criou o Troféu Xica Manicongo, para promoção dos direitos humanos, da cultura e da cidadania para travestis e transexuais.

10 Sua história também foi apresentada em peças teatrais e performances e publicada em formato de cordel elaborado por Tertuliana Lustosa, cordelista travesti piauiense, com xilogravura de Matheusa Passareli (Lustosa, 2017).

da história para que documentos possam ser investigados futuramente.

Em meados da década de 1980 também começaram a despontar investigações sobre prostituição, apresentando suas complexidades, diversidades e protagonismos (Fonseca, 1996). A partir de pesquisas em Salvador (Bacelar, 1982), Rio de Janeiro (Gaspar, 1985), Belo Horizonte (Freitas, 1985) e São Paulo (Perlongher, 1987), essas primeiras produções sobre trabalho sexual procuraram romper com cristalizações e estigmas que produziam apenas imagens de vitimização e exploração sem possibilidade de protagonismo e agência. Essas pesquisas mostravam que a prostituição tomava múltiplas formas, nas ruas e nos bordéis, atravessava classes e posições sociais, possibilitava distintas construções corporais e de prazeres. Essa abertura para se pensar a prostituição para além de suas formas de dominação acompanhava também mobilizações políticas no período, que impulsionaram a criação da Rede Brasileira de Prostitutas, em 1987.

Com o advento da epidemia HIV/Aids, diversas pesquisas foram desenvolvidas no campo da homossexualidade, da prostituição e da temática travesti. Nesse momento, Hélio Silva (1993, 1997, 2007) realizou pesquisas antropológicas que tiveram como um dos objetivos oferecer subsídios à política de enfrentamento da Aids no Rio de Janeiro. Suas investigações inauguraram uma perspectiva dialógica, com uma rica descrição etnográfica de travestis que se prostituíam no bairro da Lapa, na capital carioca. Silva estava preocupado em compreender a relação travesti – sociedade, mostrando que a vida metropolitana propiciava uma visibilidade para as travestis por meio do reconhecimento de sua identidade social¹¹. Para o autor, as travestis faziam parte do universo metropolitano e, nas ruas das grandes cidades, podiam parar de se esconder. “Desviante de alta visibilidade, atrai para si todas as atenções. Desvio paradoxal, porque a própria ideia de proibido quase se confunde com a ideia de escondido, secreto. (...) O travesti é álaque, expõe-se, tudo nele está sublinhado” (Silva, 2007, p. 62).

Como já sabido, a epidemia de HIV/Aids era vista como a “peste gay” ou “peste rosa” e esse estigma desdobrou-se em políticas de criminalização e encarceramento de travestis que se prostituíam, a exemplo da Operação Tarântula, na cidade de São Paulo, em 1987, que em poucos meses prendeu mais de 300 travestis com a justificativa de estar “combatendo a Aids” (Cavalcanti, Barbosa e Bicalho, 2018).

Nestor Perlongher (2008 [1987]) mostrou-se como uma referência fundamental nesse primeiro conjunto de publicações. Por meio de pesquisas no centro de São Paulo com michês, homens que exerciam trabalho sexual, desenvolveu a noção de código-território para pensar na relação entre territorialidade, desejo e sexualidade. Segundo o autor, a deriva dos michês era guiada pelo desejo de realização de um ato sexual em troca de um pagamento ou de um usufruto simbólico, tema que também surgirá em pesquisas posteriores sobre trabalho sexual, como a ideia de ajuda. Assim, Perlongher sugeria justapor territorialidade à identidade para compreender a prostituição.

Não interessará tanto a identidade, construída representativamente por e para o sujeito individual, mas os lugares (as interseções) do código que se atualizam a cada contato. Sistema de redes que

¹¹ Nesse período, destaco a atuação de Brenda Lee, que transformou sua residência, em São Paulo, em uma casa de apoio para pessoas vivendo com HIV/Aids, sobretudo travestis, o “Palácio das Princesas”. Algumas travestis também passavam a ganhar visibilidade na mídia, como Thelma Lipp (do programa Bolinha), Rogeria, Roberta Close, Patrícia Bisso e Laura de Vison. Surgem também filmes que trabalham a temática, como *Tootsie*, *Victor ou Victoria*, *Gaiola das Loucas*, *Priscila*, *A Rainha do Deserto*, entre outros. Toda esta visibilidade no campo midiático e cultural também possibilitou o surgimento das *drag queens* nas casas noturnas e as festas do cenário *clubber* (Palomino, 1999).

indicia outras mobilizações, conexões, conjugações de fluxos: fluxos de corpos e dinheiro, fluxos desejantes e sociais (Perlongher, 2008 [1987]. p. 160).

Na década de 1990, pesquisas foram realizadas, em sua grande maioria, em cidades de grande escala – como Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Paris, Porto Alegre – confirmando a tese de Hélio Silva de que as travestis são “fruto do asfalto” das grandes metrópoles. Essas investigações consideravam como um dado *a priori* a relação entre travestis, prostituição e metrópoles como se fossem elementos específicos de grandes aglomerados urbanos. Nesses trabalhos, havia uma rica problematização do processo da identidade travesti e das relações afetivas e familiares (Oliveira, 1997; Pirani, 1997; Jayme, 1998; Kulick, 1998; Florentino, 1998).

Por exemplo, em 1998, Don Kulick publicou sua etnografia sobre travestis em Salvador, em inglês, que só foi traduzida para o português em 2008, dez anos depois. Essa publicação revelava uma rica descrição de experiências travestis na capital baiana e apresentava reflexões que procuravam aproximar orientação sexual à identidade de gênero. Levando em conta que muitas travestis circulavam no meio homossexual, e de um borramento de fronteiras entre variações do feminino entre gays e trans, Kulick problematizou a relação entre o desejo homossexual e a construção da pessoa travesti. Segundo o autor, as travestis com as quais teve a oportunidade de conviver ancoravam seu desejo na homossexualidade e não escapavam a um modelo binário de gênero. Afastando-se da ideia de um “terceiro gênero”, Kulick tentou analisar as experiências afetivo-sexuais de suas interlocutoras imaginando um modelo binário para além da cisheteronormatividade. “As travestis nos permitem sugerir que o binário se configura de um modo radicalmente diferente do que estamos condicionados a pensar (Kulick, 2008, p. 240). Entre suas interlocutoras, estava Keila Simpson que, alguns anos depois, se tornou presidente da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais).

Observa-se uma tentativa, nessas pesquisas, de compreender, afinal, como se definia, em termos sociológicos, a categoria travesti. Marcelo Oliveira (1997), em suas pesquisas sobre travestis em Florianópolis (SC), por exemplo, pensava sobre uma certa ambiguidade identitária de suas interlocutoras.

O travesti faz de sua histórica “contraposição” social e de gênero posições várias em seu percurso diário, transpondo os percalços com a ideia arraigada de que “estar” mulher e homossexual não é condição única, são vários espaços e estados. [...] Mesmo que o argumento plástico e estético componha a busca do corpo feminino — e que seja praticamente a característica marcante do travesti — o que sustenta essa busca é a disposição psicológica e social dada num universo de relações diversas, com sujeitos diversos (Oliveira, 1997, p. 79, grifos meus).

A despeito de algumas autories cisgênero desse período utilizarem o pronome masculino para se referirem às travestis, o que atualmente é visto como inconcebível, de certo modo, essas pesquisas tinham uma preocupação comum em mostrar a vida das travestis em suas subjetividades, em seus ambientes familiares, afetivos e conjugais, para além do estigma da prostituição. Ou seja, procuravam ir a contrapelo dos processos de estigmatização e de criminalização contra travestis, oferecendo diferentes perspectivas sobre suas vivências e subjetividades.

Posteriormente, já nos anos 2000, pesquisadorias trans vão denunciar e relembrar o fato de que 100% dos trabalhos acadêmicos desse momento foram elaborados por pessoas cisgênero que muitas vezes objetificavam e exotizavam as travestis e outras

peças trans. De um lado, para fora da prostituição travesti, o tema trans não estava no radar das pesquisas produzidas por pesquisadoras cis, o que poderia reforçar, em alguns casos, processos de discriminação e desigualdade. De outro, foi a partir da prostituição que todo o conhecimento travesti e transfeminino pôde se constituir. Como afirma Sofia Favero (2020a), pesquisadora, travesti e psicóloga, é necessário construir uma ética pajubariana e *desaquendar* os silenciamentos travestis e trans nas pesquisas, incorporando os saberes e fazeres produzidos nas *pistas*, no salto alto, no *bater porta*, no jogar o *picumã*, no fazer o *xuxu*¹².

Notadamente, até o final dos anos 1990 no Brasil, havia raros textos sendo escritos por pessoas trans, o que na segunda década dos anos 2000 vai ganhar um crescimento exponencial. Nessa época, posso destacar alguns que foram mapeados e analisados por Lux Ferreira de Lima (Lima, 2022), doutora em Antropologia pela USP, que teve a honra de orientar. Os livros publicados entre os anos 80 e 90 foram, sobretudo, biografias e autobiografias de pessoas trans, que ofereceram narrativas de suas experiências subjetivas marcadas por desafios, violências e sofrimentos em ambientes familiares, sociais e institucionais adversos e transfóbicos.

Na década de 1980, foram publicadas três autobiografias: de Anderson Herzer (1982), João Nery (1984) e Lorys Adréon (1985), os dois primeiros homens trans e a terceira uma mulher trans. E na década de 1990 foram mais três: Fernanda Albuquerque (1995), Roberta Close (1998) e Ruddy Pinho (1998), todas mulheres trans que tiveram experiências na prostituição, de formas distintas e com desfechos heterogêneos. Roberta Close tornou-se bastante famosa e recebeu grande destaque na mídia, Fernanda Albuquerque, paraibana, foi aprisionada na Itália e lá permaneceu na invisibilidade, Ruddy Pinho foi aos poucos ganhando reconhecimento como cabelereira das camadas médias e altas na cidade do Rio de Janeiro e já escrevia textos desde os anos 1980.

Depois desse primeiro período de publicação de livros de autorias trans, estes retornaram apenas dez anos depois. De qualquer modo, nota-se uma busca incessante pelo reconhecimento e pelo entendimento de si, por parte das biografias e autobiografias e, pelo delineamento de experiências subjetivas e coletivas que sobrevivem do trabalho sexual em diferentes espaços urbanos por parte de pesquisadoras cis. Na verdade, por meio da prostituição, revelava-se um elemento que se distanciava da sociabilidade homossexual pois os clientes com as quais as travestis se relacionavam afetiva-sexualmente identificavam-se como heterossexuais, o que possibilitou uma certa torção no modelo binário homo-hetero, passivo-ativo (Fry, 1982).

Os anos 1990, no Brasil, como demonstra Tiago Coacci (2018), promoveram um processo de publicização das questões trans e do surgimento das primeiras organizações de travestis, que passaram a atuar, de forma contundente, contra a violência policial. Assim, em 1992, foi fundada a ASTRAL (a Associação de Travestis e Liberados), no Rio de Janeiro, a primeira associação trans não somente do país, mas de toda a América Latina, liderada por Jovana Cardoso (hoje à frente do FONATRANS – Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros)¹³, que recebeu apoio do ISER (Instituto de Estudos da Religião)¹⁴. E, um ano mais tarde, ocorreu o Primeiro Encontro Nacional de Travestis e Liberados, no Rio de Janeiro, que viria a se chamar

12 No pajubá, o *picumã* significa cabelo e *xuxu* a barba.

13 fonatrans.com

14 O Instituto de Estudos da Religião teve uma importante atuação no movimento de enfrentamento à AIDS, apoiou diferentes movimentos de prostitutas, de travestis e mulheres cisgênero, inclusive a ONG DAVIDA, que foi liderada por Gabriela Leite, uma das precursoras do putafeminismo no Brasil.

ENTLAIDS (Encontro Nacional de Travestis na Luta contra a AIDS)¹⁵. Depois da fundação da ASTRAL, nos anos 90, diferentes associações foram formadas em várias partes do Brasil (Curitiba, Salvador, Santos, Campinas, Porto Alegre e Aracaju).

Assim, os anos 1990 marcaram a consolidação do ENTLAIDS que, em seu terceiro encontro, em 1995, fez uma aproximação maior com o Estado, recebeu o financiamento do Programa DST/AIDS e teve a oportunidade de trazer pessoas de outras regiões. O ENTLAIDS, assim, estimulou a criação de organizações novas, formou ativistas, como Keila Simpson, hoje presidente da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), e Fernanda Benvenutti, uma de nossas parceiras de pesquisa e de militância, e produziu novas formas de se fazer e pensar política¹⁶.

A partir dos anos 2000, as pesquisas sobre travestis e mulheres trans cresceram significativamente¹⁷, em diferentes áreas das ciências humanas no Brasil, desdobrando a temática em questões que envolviam processos de construção do corpo, da identidade e da sexualidade, diferenças geracionais; transnacionalização e migração; formas de violência, etc. (Barbosa, Bruno, 2010; Benedetti, Marcos, 2005; Carrara, Sergio e Viana, Adriana, 2006; Elias, 2008; Pelúcio, Larissa, 2009; Bento, Berenice, 2006; Teixeira, Flavia, 2008 e 2009; Duque, Tiago, 2011; Siqueira, 2009; Lima, 2009; Leite JR., Jorge, 2011; Murta, Daniela, 2007; Sampaio, Juciana, 2009; Coelho, Juliana, 2009; Damásio, Anne Christine, 2009). Ainda houve um maior destaque para pesquisas realizadas em grandes cidades, mas começaram a surgir trabalhos voltados para o Nordeste, como Fortaleza (Vale, Alexandre, 2005) e Recife (Maia, 2006; Patrício, Cecília, 2008) e algumas pesquisas em cidades pequenas e médias, como Campina Grande/PB (Patrício, Cecília, 2002), São Carlos/SP (Pelúcio, Larissa, 2005) e Vale das Passagens (Cardozo, Juliana, 2009), no sul do Brasil, entre outros.¹⁸

Em meio a esse conjunto de trabalhos, Marcos Benedetti (2005) fez uma incursão pelo mundo da noite onde circulavam travestis em Porto Alegre. “É no corpo que elas localizam os principais símbolos do masculino e do feminino; e investem conhecimento, tempo e dinheiro para que possam ostentar, sentir e exibir um corpo diferente, um novo corpo” (Benedetti, 2005, p.51). O autor problematizou a construção do feminino: um

15 Atualmente, o encontro é chamado de Encontro Nacional de Travestis e Transexuais, mas continua sendo conhecido como ENTLAIDS.

16 Importante mencionar que, em 1997, o Conselho Federal de Medicina, a partir da Resolução 1482/97 deixou de considerar ilegal os procedimentos cirúrgicos de redesignação sexual (conhecidos popularmente como “cirurgias de mudança de sexo”), que passaram a ser realizados em caráter experimental nos hospitais universitários. Essa decisão foi resultado da atuação política dos movimentos travestis bem como de pesquisas acadêmicas que buscavam colaborar com a desconstrução dos processos de discriminação e estigmatização da população trans no país, acompanhando também o período de redemocratização. Nessa resolução, considerava-se que o paciente transexual era “portador de desvio psicológico permanente de identidade sexual, com rejeição do fenótipo e tendência à auto mutilação e ou autoextermínio”. Até 2019, pessoas trans estavam classificadas dentro do CID (Classificação Internacional de Doenças) – 10: TRANSEXUALISMO (TRANSEXUALISM), como portadoras de transtorno mental e de comportamento e, mais especificamente, transtorno de identidade de gênero (F-64). Dentro do CID 10, esse transtorno era definido como “um desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do sexo oposto. Este desejo se acompanha em geral de um sentimento de mal estar ou de inadaptação por referência a seu próprio sexo anatômico e do desejo de submeter-se a uma intervenção cirúrgica ou a um tratamento hormonal a fim de tornar seu corpo tão conforme quanto possível ao sexo desejado”.

17 Não somente os estudos trans cresceram, mas todo o campo dos estudos de gênero e de sexualidade de um modo geral, no Brasil. Ver FRANCH e NASCIMENT, 2020.

18 Através da atuação dos movimentos de prostitutas e de travestis, a prostituição foi incluída na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) em 2002, apesar de não ter a profissão regulamentada. O título da ocupação é profissional do sexo e seus sinônimos: garota (o) de programa, meretriz, messalina, michê, mulher da vida, prostituta, trabalhador(a) do sexo. Os movimentos sociais da categoria têm atuado no sentido de apresentar uma política inclusiva para o trabalho sexual e da concretização de direitos para as profissionais do sexo.

feminino que não era o feminino das mulheres cisgênero e que não necessariamente abdicava de características ditas masculinas.

Berenice Bento (2006), por sua vez, buscou justamente problematizar essa transitividade na tentativa de desconstruir uma ideia universalizante de um “transexual de verdade” e de sua patologização. A partir dos estudos *queer*, a autora defendia que

a dicotomia natureza (corpo) versus cultura (gênero) não tem sentido, pois não existe corpo anterior à cultura; ao contrário, ele é fabricado por tecnologias precisas. O corpo sexuado (o corpo-homem e o corpo-mulher) que dá inteligibilidade aos gêneros encontra na experiência transsexual seus próprios limites discursivos, uma vez que aqui o gênero significará o corpo, revertendo os pilares de sustentação das normas de gênero (Bento, 2006, p. 21).

As pesquisas de Larissa Pelúcio (2005, 2006, 2009), que dialogam com as de Berenice, revelaram reflexões interessantes para o que me interessa aqui. Por meio de trabalhos de campo na cidade de São Carlos, no interior do estado de São Paulo, apontava que

ser travesti é um processo, nunca se encerra. Construir um corpo e cuidá-lo é uma das maiores preocupações das travestis. Elas estão sempre buscando a “perfeição”, o que significa “passar por mulher”, uma mulher bonita e desejável, geralmente “branca” e burguesa” (Pelúcio, 2005, p.224).

Como mostra a autora, mesmo que a travestilidade estivesse ligada ao trânsito dos corpos e às possibilidades de construção e desconstrução de gênero, as travestis eram rigorosas em suas autotaxiações, permeadas pelo campo da prostituição, vista, naquele momento, como constitutiva da “pessoa travesti”.

Prostituição é entendida de diversas formas pelas travestis: (1) como uma atividade desprestigiada, com a qual só se envolveriam por necessidade, saindo dela assim que possível; (2) como uma forma de ascender socialmente e ter conquistas materiais e simbólicas; (3) como um trabalho, sendo, portanto, geradora de renda e criadora de um ambiente de sociabilidade (Pelúcio, 2005, p.223).

Importante destacar que, em certas pesquisas da primeira década dos anos 2000, analisou-se a importante circulação e migração de travestis para países europeus¹⁹, que se iniciou nos anos 1980 e prolongou-se pelas próximas décadas, um movimento que se fazia pelo desejo de viver de forma mais digna, de serem reconhecidas como cidadãs com direitos, inclusive ao trabalho, aumentar seu poder econômico, alcançar mobilidade social e realizar intervenções estéticas e cirúrgicas em seus corpos (Vale,

19 Ainda que esteja voltada para mulheres cis, a pesquisa de Adriana Piscitelli (2005, 2009) sobre mercados transnacionais e turismo sexual merece um comentário. A partir de investigações em Fortaleza, no Ceará, com mulheres cis que buscavam relacionar-se com “gringos”, a autora problematizou a noção de prostituição ampliando o campo dos mercados do sexo para outras práticas sexuais que envolviam intercâmbios materiais, monetários e afetivos. Ela mostra que, em Fortaleza, muitas jovens meninas seduzem e se deixam seduzir pelos “gringos” como uma estratégia de ascensão social e possível viagem ou mudança para o exterior. Por outro lado, estrangeiros vêm à procura de sexo com brasileiras por elas representarem, para eles, uma imagem da mulher tradicional, mais submissa, representação em franco declínio especialmente na Europa. As brasileiras, assim, são vistas pelos gringos como potenciais esposas e não estão limitadas ao estigma da prostituição. Sua pesquisa revela que trânsitos transnacionais não necessariamente se fazem por meio do trabalho sexual, mas pela existência e necessidade de trocas materiais e afetivas, que envolvem sexo e dinheiro.

2005; Patricio, 2008; Pelucio, Teixeira, 2009). A questão da mobilidade e da circulação, percorrendo os trânsitos travestis por meio da prostituição, possui uma centralidade nas pesquisas que desenvolvi tanto na Paraíba quanto em São Paulo (Nascimento, 2014; Nascimento, 2018; Nascimento, 2019b).

A produção brasileira sobre a temática trans cresceu consideravelmente em meados dos anos 2000 e houve uma eclosão nos últimos 8 anos, aumentando vertiginosamente nos últimos 3 anos, como se pode notar pela lista ao final deste artigo. Esse aumento se deve, de um lado, à expansão e ao fortalecimento do campo dos estudos de gênero e sexualidade e, de outro, ao surgimento de uma significativa produção de autorias que se identificam como trans em pesquisas acadêmicas e literárias. Entretanto, o tema da prostituição desaparece quase que completamente.

Para além da prostituição e do estigma: a busca por direitos e por reconhecimento

Ainda que a maioria das travestis atue na prostituição, e que grande parte de suas principais lideranças ancestrais sejam e/ou foram prostitutas, este tema vai perdendo espaço nas publicações que envolvem a temática trans. Nota-se uma tentativa de buscar outros referenciais que possam construir suas experiências para além de um campo tão estigmatizado como o da prostituição. E ao mesmo tempo os anos 2000 são um período de importantes conquistas e consolidação de seus direitos, marcados pela criação de inúmeras organizações da sociedade civil, pela implantação de políticas públicas para a população LGBTQIAPN+, pelo direito à mudança do nome no registro civil e pela implantação do Processo Transexualizador pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Já no começo dessa década, em 2000, fundou-se a ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), uma rede que tem como objetivo articular diferentes organizações trans espalhadas pelo Brasil, e que hoje possui papel fundamental no monitoramento das violências e homicídios contra pessoas trans no país. Nesta década, as pautas da prostituição e da AIDS foram perdendo espaço, mas a violência continuou no centro dos debates. Em 2004, foi lançada uma importante campanha que buscou tratar do tema do reconhecimento em relação às travestis: “Travesti e Respeito: já está na hora dos dois serem vistos juntos. Em casa. Na boate. Na escola. No trabalho. Na vida”. Esta campanha foi elaborada em parceria entre o Programa Nacional de DST/AIDS do Ministério da Saúde e a ANTRA, cuja presidência estava a cargo, pela primeira vez, de duas lideranças do Nordeste: Keila Simpson (Salvador), presidente, e Fernanda Benvenutty (Paraíba), vice-presidente, que assumiram seus cargos de 2004 a 2008, por duas gestões consecutivas. A partir desta data, como marco histórico do movimento trans, 29 de janeiro passou a ser considerado o Dia Nacional da Visibilidade Trans²⁰.

20 No mesmo ano da campanha, lançou-se também o famoso e fundamental “Brasil Sem Homofobia - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual”, resultado da iniciativa e da articulação entre diferentes organizações da sociedade civil e do então Conselho Nacional de Combate à Discriminação, vinculado ao Ministério da Saúde, com vistas a elaborar políticas públicas em distintas áreas para a população LGBTQIAPN+ (direitos, segurança, saúde, educação e trabalho). Na comissão de trabalho que elaborou o programa Brasil sem Homofobia estava Luciano Bezerra, fundador do Movimento do Espírito Lilás (MEL), a primeira organização gay da Paraíba, ativista que teve a oportunidade de trabalhar junto em projetos de extensão na UFPB, que faleceu em dezembro de 2019. Nesta comissão também estava Janaína Dutra, que faleceu justamente em 2004, uma ativista travesti referência fundamental para os movimentos trans no Brasil, que foi fundadora da Associação de Travestis do Ceará (ATRAC), e também presidenta da ANTRA em 2002 e 2003.

Esse período marcou também uma maior abertura da comunidade médica para procedimentos cirúrgicos em pessoas trans. Em 2002, o Conselho Federal de Medicina, pela Resolução 1652/2002, autorizou as cirurgias de neocolpovulvoplastia (neovagina em pessoas designadas como do “sexo masculino” ao nascer) não mais em caráter experimental²¹. E finalmente, em 2008, inaugurou-se o Processo Transexualizador do Sistema Único de Saúde²², buscando integralizar e humanizar o atendimento à saúde de pessoas trans em centros especializados, com protocolos específicos realizados por uma equipe interdisciplinar. Este processo excluía, naquele momento, pessoas que se identificavam como travestis, grande parte trabalhadoras sexuais que, de algum modo, não desejavam realizar cirurgias de neocolpovulvoplastia e queriam apenas realizar hormonização e mamoplastia, o que as obrigavam a fazer de maneira informal, com automedicação ou com a contratação de médicos em clínicas privadas. Os processos cirúrgicos apenas estavam autorizados em hospitais universitários credenciados em Goiânia, São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro, que, até hoje, são os únicos hospitais públicos que realizam as cirurgias de redesignação sexual.

E, em 2009, um ano depois da inauguração do Processo Transexualizador, o SUS passou a incorporar o nome social de pessoas trans em seus registros oficiais, demarcando seu direito à auto determinação²³, resultado evidentemente da mobilização de ativistas travestis, como Fernanda Benvenutty, à época na ANTRA e integrante do Conselho Nacional de Saúde, que se tornou uma das personagens dos cartazes espalhados pelas unidades de saúde em todo o Brasil. Em 2013, o Processo Transexualizador do SUS foi renovado e ampliado e, finalmente, passou a incluir o atendimento a travestis e homens trans, e mais recentemente pessoas trans não-binári*s, sem a necessidade obrigatória de realização de cirurgias²⁴. Até então, só era possível ingressar no Processo Transexualizador quem desejasse realizar cirurgias de redesignação sexual. Ademais, as Unidades de Atenção Básica passaram a ser a porta de entrada do processo, promovendo, aos poucos, uma descentralização dos atendimentos. Ainda que esta política seja considerada muito avançada comparativamente em relação a outros países, muitas vezes termina-se por reificar e patologizar corpos trans.

Ainda nesta década, em 2018, o termo “transexualismo” saiu do capítulo sobre transtorno da identidade de gênero no sistema de Classificação Internacional de Doenças (CID 11) e passou a ser classificado como “incongruência de gênero” dentro do capítulo sobre “Condições relacionadas com a Saúde Sexual”²⁵. Além disso, mais uma conquista foi realizada em 2018 com a autorização, pelo Superior Tribunal Federal, de mudança de nome e de sexo para pessoas trans no registro civil sem a necessidade de laudo médico para atestar à transgeneridade, travestilidade ou transexualidade de uma pessoa²⁶.

21 Todavia, as cirurgias de neofaloplastia (neopênis em pessoas designadas como do “sexo feminino” ao nascer) continuam, até hoje, consideradas como de caráter experimental tanto no Brasil quanto em outros países.

22 Portaria nº 1.707, de 18 de agosto de 2008 (Processo Transexualizador do SUS) e Portaria nº 457, de 19 de agosto de 2008. http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457_19_08_2008.html.

23 Resolução do Ministério da Saúde nº 1.820, de 13 de agosto de 2009.

24 Importante mencionar também que em 2013 é lançada a “Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais”, pelo Ministério da Saúde.

25 Segundo o CID 11, “A incongruência de gênero caracteriza-se por uma incongruência marcada e persistente entre o sexo experimentado de um indivíduo e o sexo atribuído. O comportamento e preferências de variâncias de gênero por si só não são uma base para atribuir os diagnósticos neste grupo”. Um ano depois, o Conselho Federal de Medicina, pela Resolução 2265/2019, atualiza seus parâmetros para garantir o acesso das pessoas trans aos serviços de saúde de forma integrada e especializada no acolhimento, acompanhamento ambulatorial, hormonioterapia e procedimentos clínicos e cirúrgicos.

26 Ação Direta de Inconstitucionalidade 4275.

Como se pode observar, os últimos 20 anos foram marcados por conquistas importantes na área de saúde e da mudança do nome no registro civil, com a implantação também de diferentes ambulatorios voltados para a população trans em redes de saúde municipais e estaduais, além de unidades básicas de saúde que passaram a credenciar-se para os primeiros atendimentos e processos de hormonização.

A partir de 2010, finalmente surgiram dissertações e teses defendidas por pessoas trans em diferentes áreas das humanidades, além de artigos acadêmicos e publicações em mídias, que passaram a tratar de uma variedade de problemáticas, tais como **identidades e transitividades de gênero** (Jesus, Jaqueline, 2012; Lanz, Leticia, 2014; Azevedo, Pietra, 2020; Souza, 2022); **educação** (Andrade, Luma, 2012; Sales, Adriana, 2012; Reidel, Marina, 2013; Odara, Thifanny, 2020, Dezembro, Brume, 2021; Costa, Hainra, 2020; Araújo, Maria Clara, 2022; Weber, Gabrielle, 2024); **infância e adolescência** (Favero, 2020), **psicologias** (Favero, 2021 e 2022), **despatologização e saúde** (Oliveira, 2015; Neves, 2015; Tenório e Prado, 2016, Pontes, 2020), **cisgeneridade** (Vergueiro, Viviane, 2015, 2016; Moira, Amara, 2017), **artes e performance** (Grunvald, Vi, 2016; Vitorino, Castiel, 2018; Pinheiro, Rafa, 2022; Carvalho, Renata, 2022), **literatura** (Leal, 2017), **racismos e necropolíticas** (Mombaça, Jota, 2015 e 2021; Oliveira, Megg, 2020a, 2020b, Jesus, Jaqueline, 2019; Rego, Yordana, 2021; Vitorino, Castiel, 2022), **transfeminismos** (Dumaresq, Leila, 2013; Jesus, Jaqueline, 2012, 2018; Kaas, Hailey, 2015; Nascimento, Leticia, 2021; Bagagli, Beatriz, 2019, Silva, Jovana Baby da, 2020; **transmasculinidades** (Nery, João e Maranhão, 2015; Almeida, Guilherme 2012; Peixe e Morelli, 2018; Santana, Bruno, Peçanha, Leonardo e Conceição, Vércio, 2021; Pfeil, Bruno, Pustilnick, Nicolas e Victoriano, Nathan, 2021), **esportes** (Camargo, Eric, 2020), **biografias** (Nery, João, 2011; Guimarães e Zeni, 2016; Marilac, Luísa e Queiroz, 2019; Costa, Caio, 2020 e 2021; Lima, Lux, 2022; Benvenutty, Fernanda, Nascimento, Silvana e Lima, Lux, 2022), etc. Em levantamento realizado primeiramente por Amara Moira, iniciado em 2017, e posteriormente por outros pesquisadores e por mim, foram contabilizados mais de cem títulos²⁷.

De todos eles, apenas um tratou especificamente da prostituição: **Se eu fosse puta**, de Amara Moira, cuja primeira edição foi publicada em 2016 pela editora Hoo, em São Paulo. A autora reuniu um conjunto de textos, em formato de diário ou testemunho, que foram escritos e postados primeiramente em um blog de sua autoria, que descreviam suas experiências na prostituição a partir de uma situação não usual em relação a outras travestis. Durante seu doutorado em Teoria Literária pela Unicamp, iniciou seu processo de transição e de afirmação de gênero como travesti, depois dos 30 anos, e enveredou-se pelo mundo da prostituição na tentativa de se entender e de se sentir desejada como transfeminina. Nessa experiência, aprendeu sobre os diferentes lados de uma ocupação que produz desejo e repulsa por corpos cisdivergentes. Como ela mesmo contou, e já se é sabido, a imagem de controle que sobrevoa a corpa travesti é a de puta. Mesmo quando não estão trabalhando, mesmo quando não estão disponíveis na pista, mesmo quando estão nos momentos mais ordinários da vida cotidiana, são vistas e tachadas como putas. “Sou tratada igual puta bem antes de me assumir puta, quase uma tatuagem na testa: bastou me verem travesti e já começa o assédio, assédio de que nunca tive notícia enquanto eu posava de homem (Moira, 2016, p. 33)”. Na tentativa de fazer uma torção e reapropriar-se dessa imagem a partir de um ponto de vista íntimo, como uma forma de possessão de si e de atestar que, apesar do estigma, ser puta era uma possibilidade, jogou-se nas ruas e nelas experimentou situações prazerosas, que foram retribuídas, e outras bastante violentas, com clientes

27 Agradeço a parceria e colaboração carinhosas de Lux Ferreira de Lima, tita Patriarca, Francisco Cleiton Vieira e Gabrielle Weber para a realização desse levantamento.

que insistiam em reificar objetificações e reproduzir formas de dominação patriarcal.

Excitada com cada um dos três, pouco importava grana ou rosto. Dar prazer foi meu destino amargo, dar, mas também receber. E se sentir prazer naquilo com que se trabalha for critério pra escolher profissão, a minha já está escolhida. E se eu fosse puta? Bom, agora eu era. (MOIRA, 2016, p. 26).

Das capitais aos interiores

Em relação a pesquisadoras cis, em meados da década de 2000, a prostituição seguiu como um campo importante de reflexão. A questão dos trânsitos transnacionais continuou a ser investigada por pesquisadoras como Larissa Pelúcio (2009, 2011), Flavia Teixeira (2008) e Michelle Agnoletti (2014). Segundo estas autoras, o desejo de ser europeia revelava-se como um aspecto transversal nas experiências travestis que envolvia possibilidades de mobilidade social e econômica por meio da prostituição no exterior. E me parece que este desejo continua na cena da prostituição travesti, ainda que hoje os controles transfronteiriços estejam mais rígidos.

No que se refere a pesquisas em contexto nacional, Letizia (tita) Patriarca (2015, 2019) elaborou uma etnografia sobre uma casa de prostituição na cidade de Campinas, interior de São Paulo, apresentando as construções de redes de cuidado entre travestis que exercem trabalho sexual, através de uma perspectiva dos marcadores sociais da diferença, e problematizou os desafios de ocupação de um território marcado por desigualdades, moralidades e violências. Nesta mesma região da cidade campinense, Maria Isabel Oliveira (2015) discutiu a construção da cidadania para travestis e mulheres transexuais e como são negociadas as relações com movimentos sociais locais, organizações da sociedade civil e agente estatais. Há ainda Vanessa Sander (2015) que analisou, na capital mineira de Horizonte, como corpo, gênero e geração articulam distintas narrativas entre travestis de diferentes gerações, produzindo redes de afeto e de conflito. José Santos (2021), por sua vez, debruçou-se sobre o mesmo território onde realizei pesquisas, no entorno da cidade universitária, na zona oeste de São Paulo, com o objetivo de analisar as condições de vulnerabilidade de travestis e mulheres transexuais que se prostituem neste território, atravessadas por violência do Estado. André Rodrigues (2021), em sua tese de doutorado, analisa, como travestis que atuam na prostituição em cidades como São Carlos (SP), Campo Grande (MS) e Franca (SP) constroem seus deslocamentos e criam corporalidades a partir de suas mobilidades por diferentes territórios.

Nesse mapeamento, nas últimas duas décadas, outros diversos temas puderam ser elencados em pesquisa sobre e com pessoas trans²⁸: **políticas públicas e direitos**

28 A produção mencionada aqui refere-se, sobretudo, à área das ciências sociais, com menção a algumas pesquisas de outras áreas que dialogam com a primeira e podem ter alguma relação com as problemáticas levantadas aqui. Foram realizadas pesquisas no banco de teses e dissertações da Capes, no Google Scholar, no Scielo e em periódicos especializados em Antropologia e em Estudos de Gênero e Sexualidade no Brasil. Foram utilizadas, para busca, as seguintes palavras-chave, no singular e no plural: travesti, transexual, transgênero, trans, trânsito de gênero, transfeminilidades, transgeneridade, transgênero, transexualidade. As produções elencadas aqui também foram levantadas por estudantes de graduação e pós-graduação durante suas pesquisas, sob minha orientação, bem como estudantes que participaram dos cursos “Estudos Trans”, sob minha responsabilidade, na Universidade de São Paulo. Devo especiais agradecimentos a monitor*s destes cursos, ministrados em 2021 e 2022: Amanda Amparo, Ca Jota, Lux Lima, Maurício Rodrigues, Mayara Amaral, Morgan Caetano, Paola Gomes, tita (Letizia Patriarca) e Vinicius Ribeiro Alvarez Teixeira. E também aqueles que elaboram, coletivamente, o curso de extensão “Introdução ao universo trans”, em 2016, o primeiro a ser oferecido na USP: Ariel Nolasco, Lux

(Almeida, Celília, 2020; Concilio, Amaral e Silveira, 2017; Soares, 2018; Souza, Roberto Maia, Braga, Iara, Monzeli, Gustavo e Franch, Mônica, 2021; Rocha, Rachel, 2017; Pinheiro, Tarcisio, 2016; Souza, Cristiane, 2018); **movimentos sociais e ativismos** (Carvalho, Mario, 2018; Carvalho, Mario e Carrara, Sergio, 2013; Coacci, Tiago, 2014 e 2018; Faustino, Gustavo, 2020; Ramos, Jessor, 2021); **identidades e nomes** (Ávila, Simone Nunes, 2014; Barbosa, Bruno, 2010; Leite Jr., Jorge, 2011); **infâncias, juventudes e envelhecimento** (Duque, Tiago, 2011; Vasco, Marcela, 2015; Deus, Amadeu, 2017; Oliveira, Lorena, 2017); **violências** (Efrem Filho, Roberto, 2021; Nascimento, Francisco, 2018; Silva, Maria, 2018); **saúde e despatologização**²⁹ (Barboza, Heloiza, 2012; Bento e Teixeira, 2012; Thamy, 2015; Masiero, Luciana, 2018; Melo, Jailton, 2019; Murta, Daniela, 2011; Porchat, Patrícia, 2014; Jorge, Marco Antonio e Travassos, Natalia Pereira, 2017; Braz, Camilo, 2018 e 2019; Teixeira, Flavia, 2012; Leite Jr, Jorge, 2012; Vieira, Francisco Cleiton, 2020), **sociabilidades, concursos de beleza e shows** (Silva Jr., Aureliano, 2017, Soliva, Thiago, 2018; Araujo, Gabriela, 2018), entre outros. Nota-se um aumento de pesquisas na área da saúde e da despatologização de corpos trans, como resposta aos resultados do processo transexualizador do SUS, com suas contradições e desafios, além de investigações voltadas para ativismos e políticas públicas.

Por fim, surgem investigações voltadas para contextos interioranos, rurais e etnicamente diferenciados (Guerra, Veronica, 2015 e 2019; Azevedo, Pietra, 2020, Fernandes, Estevão; 2016; Tota, Martinho, 2013 e 2015, Gontijo, Fabiano, 2014; Gontijo, Fabiano e Costa, Francisca, 2012, Mirella, Luanna, 2010; Sabatine, Thiago, 2012; Cavalcante, Antonio, 2018; Santos, Rafael, 2018, Sampaio, Fabricio, 2016; Cesaro, Cleyton, 2016) apontando as especificidades de experiências cisheterodissidentes em territórios não necessariamente marcados por dinâmicas urbanas.

As pesquisas em contextos interioranos e etnicamente diferenciados passaram a oferecer um contraponto fundamental em relação às investigações realizadas em espaços urbanos por apontar que as expressões de gênero e de sexualidade em ambientes não metropolitanos não reproduziam necessariamente moralidades mais conservadoras e ofereciam novos olhares para práticas, subjetividades e socialidades que até então não estavam sendo visibilizados pela produção acadêmica na área dos estudos de gênero e de sexualidade de modo geral. Como mostra a pesquisa de Martinho Tota (2015), em áreas rurais e indígenas no Litoral Norte da Paraíba, mesma região de minhas investigações, travestis constroem suas vidas e subjetividades enredadas em redes sexuais, afetivas, econômicas, familiares que não necessariamente estão determinadas por modos de vida urbanos, mas por especificidades de seus estilos de vida em uma área periférica marcada por um contexto étnico e rural. Por sua vez, pesquisas de Verônica Guerra (2015), que atuou na mesma região de Tota, mostram, por meio de uma etnografia em Mamanguape e na Baía da Traição, que há muitas possibilidades de ser travesti que não necessariamente levam a modificações corporais que envolvam hormonização e uso de silicone, por exemplo. Par Guerra, as construções das feminilidades travestis são processos de reconhecimento de si que são compartilhados coletivamente, entre redes de amizades, e que possibilitam suas existências dentro e fora da prostituição. Guerra (2019) também acompanha, em sua tese de doutorado, travestis mais velhas que retornam para suas cidades de origem, no interior da Paraíba, e discute o quanto terem morado na Europa e grandes cidades

Lima, Maria Isabel Zanzotti Oliveira, tita e Victor Vasconcellos. Além disso, uma parte do levantamento bibliográfico também foi feito em parceria com a Profa. Mônica Franch (UFPB) quando elaboramos artigo publicado para um dossiê organizado pela ANPOCS, em 2020 (Franch, Monica e Nascimento, Silvana, 2020).

29 Não estou mencionando aqui diversas pesquisas na área da saúde, que também têm produzido importantes publicações na área.

do Brasil e alcançado uma certa ascensão econômica, recria suas imagens em relação aos seus familiares e às pessoas do seu entorno quando regressam depois de terem “feito a vida lá fora”.

Fabrício Sampaio (2016), no interior do Ceará, na cidade de Sobral, também acompanha problemáticas semelhantes, apontadas por Martinho Tota e Verônica Guerra, a respeito das ambiguidades em torno das práticas sexuais que envolvem trocas monetárias e analisa os processos de construção de performatividades travestis entre jovens em um território de prostituição. Ele descreve como estas montam e desmontam suas feminilidades por meio de processos de subjetivação, que podem se afirmar dentro do espectro da travestilidade ou de uma homossexualidade afeminada mobilizada por desejos por homens e que envolvem ou não de sexo por dinheiro.

As redes de amizade parecem ser objeto importante de investigação de ambos pesquisadores mencionados e também de Rafael Santos (2018), que, em Campos dos Goytacazes, interior do Rio de Janeiro, interroga-se sobre a produção de subjetividades trans, de uma perspectiva histórica, tanto a partir de mecanismos de autodeterminação quanto de elaboração de redes de amizade que produzem relações de afeto e de conflito.

Sobre contextos interioranos, quero destacar a dissertação de mestrado de Pietra Azevedo (2020), jovem travesti antropóloga, atualmente doutorada em Antropologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que se debruça sobre performatividades travestis em um pequeno vilarejo no interior do Rio Grande do Norte, onde ela analisa a elaboração de suas identidades e corporeidades mostrando um movimento de fluidez e de descentramento. Ela mostra também como se constroem visibilidades e reconhecimentos de travestis em uma área rural, que subverte às imagens do senso comum que relacionam o interior a moralidades mais conservadoras e transfóbicas.

A fluidez por categorias identitárias também está presente nas reflexões de Fabiano Gontijo (2015) quando se interessa pela biografia de Katia Tapety, a primeira travesti a assumir um cargo público no Brasil, como vereadora, na pequena cidade de Colônia no interior do Piauí. Gontijo mostra que Katia Tapety constrói seu processo de autodeterminação por meio de arranjos e situações que se impõem em seu entorno, que gravita em torno de uma identidade de “mulher” e de “travesti” a depender do contexto e das redes de relações construídas. Anteriormente ao artigo de Fabiano Gontijo, Luana Mirella (2010) elaborou sua dissertação de mestrado sobre a trajetória política de Katia Tapety problematizando o caráter hegemônico da produção sobre travestis no Brasil, concentrada em cidades do Sudeste e outras capitais, como Salvador, que terminou por invisibilizar experiências em outras localidades, tais como o Piauí.

De modo geral, as pesquisas sobre sexualidades nos interiores, sertões e beiradões tiveram como primeiro guardião Fabiano Gontijo, a época professor na Universidade Federal do Piauí (atualmente na Universidade Federal do Pará), que fez um esforço em mapear publicações sobre esta temática que pudessem estar localizadas fora do eixo sul-sudeste e, sobretudo, que oferecessem novas perspectivas sobre categorias e conceitos que até então estavam sendo mobilizados pelos estudos sobre (homo) sexualidades. Neste campo em expansão, Fabiano Gontijo procurou, primeiro, demonstrar a necessidade de dar visibilidade a estudos em áreas rurais e contextos interioranos dentro do campo de estudos de gênero e de sexualidade e, posteriormente, buscou refletir sobre investigações em contextos amazônicos.

Ele destaca duas pesquisas inaugurais desse campo, que abrem as reflexões sobre a temática da sexualidade no mundo rural na antropologia no Brasil, ambas em 2006: a minha tese de doutorado (Nascimento, 2007) e a dissertação de mestrado de

Paulo Rogers Ferreira (2006). Na verdade, minha tese de doutorado se debruçava sobre gênero e sociabilidades em um território de produção de pecuária leiteira entre pequenos produtores rurais, no sudoeste do estado de Goiás e procurou debater, entre outros arcabouços teóricos, o rendimento que as discussões sobre homossexualidades poderiam oferecer para se pensar em contextos marcados pela heteronormatividade. Assim, descrevi e analisei homossexualidades que não envolviam necessariamente relações sexuais, mas atravessavam redes de relações que organizavam a família, o trabalho, a terra e, especialmente, as festas e os momentos de lazer de comunidades rurais. Dentro dessa dinâmica também mostrei, pontualmente, a possibilidade de experiências transfemininas a partir de uma breve narrativa de uma mulher trans em uma pequena cidade e que tinha um salão de beleza onde cultivava um grande reconhecimento por ser a cabeleireira das noivas³⁰. Por sua vez, a dissertação de mestrado de Paulo Rogers Ferreira, publicado em livro em 2008, trouxe uma pesquisa extremamente inovadora, com uma rica descrição etnográfica e reflexão teórica sobre sexualidades em um povoado rural no sertão do Ceará e mostrou a existência de práticas homossexuais e diferentes erotismos entre homens, com seus paradoxos. O autor propôs uma nova leitura sobre as sociedades camponesas onde as infinitas possibilidades do corpo pudessem construir uma ética e uma estética dos afectos.

Na última década, como se pode observar, houve um notável crescimento das pesquisas no campo dos estudos trans, que também acompanha uma expansão dos estudos de gênero e de sexualidade nas ciências sociais e também de pesquisas em contextos interioranos e áreas rurais (Franch e Nascimento, 2020). É notável como, até meados da década de 2000, as pesquisas sobre travestis estavam voltadas, sobretudo, para capitais e regiões metropolitanas, concentradas na região Sudeste, como se houvesse, de certo modo, uma naturalização da relação entre travestis – metrópoles – prostituição. Não que esta relação não seja importante, mas indicava que as “travestis eram frutos do asfalto”, como dizia Helio Silva. Contudo, as travestis estão em todos os lugares, em áreas rurais, em aldeias indígenas, em cidades pequenas e médias, em capitais e metrópoles, inclusive europeias, mas estavam invisibilizadas e passaram a ganhar a palavra a partir de pesquisadoras cis e trans que começaram a construir outros caminhos e agendas de pesquisa para além do Sul Global, em universidades no Norte e no Nordeste.

Por uma cidade transfeminista

Um notável campo de produção de conhecimento, como tentei demonstrar, tem construído as bases para o reconhecimento e a visibilidade de epistemologias trans e transfeministas. Estas deslocam o sujeito dos feminismos que têm atuado, em grande medida, para a ampla defesa dos direitos de mulheres cis, em suas múltiplas e legítimas demandas. De um lado, os transfeminismos vieram para somar, e não produzir mais divisões, e problematizar quais mulheres estão sendo representadas nos movimentos feministas e oferecer novos olhares sobre gênero. Por outro lado, oferecem a recente produção de um campo de conhecimento, que também acompanha os estudos trans ou *transgender studies* – um pensamento em movimento politicamente reflexivo que não se restringe ao mundo acadêmico e, no caso brasileiro, está enraizado nas experiências travestis em seus diferentes territórios (NASCIMENTO, 2022). Mas isto é assunto para mais outros artigos...

³⁰ Posteriormente, pude retornar à reflexão sobre homo socialidade e discuti-la a partir da construção da cisheteronormatividade, o que fiz em artigo publicado em 2022, em dossiê organizado por Roberto Marques, Guilherme Passamani e por mim, na revista *Público e Privado* (NASCIMENTO, 2022).

Retomando o assunto que trata este texto, ainda é no trabalho sexual que grande parte da população transfeminina, no Brasil, tem sobrevivido. Nas circulações e nas margens, elas fazem uma puta cidade trans, onde se pode imaginar um mundo menos transfóbico, onde são desejadas e perfumadas por redes de afeto, cuidado e beleza, claro que com pitadas de conflitos e com inúmeros desafios. Uma puta cidade trans imaginada que se enreda nos pés de caju de Mataraca, interior da Paraíba, e nas boleias dos caminhões em direção ao Rio de Janeiro.

De um lado, pode-se pensar na construção de uma certa urbanidade trans que está descolada de um único modelo de cidade e metropolitano e, de outro, analisar esta urbanidade a partir dos movimentos que as travestis realizam nos interstícios das cidades e outras localidades (rurais, ribeirinhas, litorâneas, etc.). Como seriam as cidades imaginadas e planejadas por elas? Quais espaços e desejos importariam? Como poderiam circular sem sofrerem violência ou serem assassinadas? Como seria uma política de segurança pública e um plano diretor construídos por pessoas trans e travestis?

E caminhamos com elas e ao lado delas, imaginando e desejando quais cidades seriam seguras para que todas as corpos gênero dissidentes pudessem viver em segurança, sonhando acordadas por projetos e políticas para cidades transfeministas.

Referências

ADREÓN, Lorys. *Meu corpo, minha prisão: autobiografia de um transexual*. Rio de Janeiro: editora Marco Zero, 1985.

AGIER, Michel. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

AGNOLETI, Michelle Barbosa. *A transmigração no espaço, no corpo e na subjetividade: deslocamento de fronteiras na experiência de travestis paraibanas na Itália*. Tese de doutorado em Sociologia. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2014.

ALBUQUERQUE, Fernanda; JANNELLI, Maurizio. *A Princesa: Depoimentos de um travesti brasileiro a um líder das Brigadas Vermelhas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

ALMEIDA, Cecília Barreto de. *Transcidadania: transformando o sistema? A percepção de cidadania das pessoas trans beneficiadas pelo Programa em São Paulo*. Dissertação de mestrado em Direito. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2020.

ALMEIDA, Guilherme. *Molhado de vermelho: poemas de transição*. São Paulo: Editora Devires, 2019.

ALMEIDA, Guilherme. "Homens trans: novos matizes na aquarela das masculinidades?". *Revista Estudos Feministas*, vol. 20, n. 2, p. 513-522, 2012. DOI 10.1590/S0104-026X2012000200012

ANDRADE, Luma. *Travestis na Escola: Assujeitamento e resistência à ordem normativa*. Tese de doutorado em Educação. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2012.

ARAÚJO, Maria Clara. **Pedagogias das travestilidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

ÁVILA, Simone Nunes. *FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: a emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo*. Tese de doutorado em Ciências Humanas. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

AZEVEDO, Pietra Conceição. "As travas de jardim são unidas": *etnografia da performance identitária das travestis em contextos rurais e interioranos do sertão potiguar*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020.

BACELAR, Jeferson Afonso. *A família da prostituta*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1982.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. *Discursos transfeministas e feministas radicais: disputas pela significação da mulher no feminismo*. Dissertação de mestrado em Linguística. Campinas (SP): Universidade Estadual de Campinas, 2019.

BARBOSA, Bruno Cesar. *Nomes e Diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

BARBOZA, Heloiza. "Proteção da autonomia reprodutiva dos transexuais". *Revista Estudos Feministas*, vol. 20, n. 2, p. 549-558, 2012. DOI 10.1590/S0104-026X2012000200015

BASTIDE, Roger. "O homem disfarçado em mulher". In: *Sociologia do folclore brasileiro*. São Paulo: Editora Anhembi, 1959.

BENEDETTI, Marcos. *Toda feita – o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENEVIDES, Bruna. *Dossiê Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021*. Brasília: Distrito Drag, Antra, 2022.

BENTO, Berenice; PELUCIO, Larissa. "Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas". *Revista Estudos Feministas*, vol. 20, n. 2, p. 569-581, 2012. DOI 10.1590/S0104-026X2012000200017

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo – sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENVENUTTY, Fernanda; NASCIMENTO, Silvana; LIMA, Lux Ferreira. *Fernanda Benvenutty: uma política travesti*. São Paulo: Patuá, 2022.

BRAZ, Camilo. Eu já tenho um nome: itinerário de homens trans em busca de respeito. *Revista Habitus*, vol. 16, n. 1, p. 162-176, 2018. DOI 10.18224/hab.v16i1.6367

BRAZ, Camilo. Vidas que esperam? Itinerários do acesso a serviços de saúde para homens trans no Brasil e na Argentina. *Cadernos de Saúde Pública*, vol. 35, n. 4, p. e00110518, 2019.

CAMARGO, Eric Seger. *Pessoas Trans no Esporte: Os Jogos da Cisnormatividade*. Dissertação de mestrado em Educação. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020.

CARDOZO, Fernanda. *Das dimensões da coragem: socialidades, conflitos e moralidades entre travestis em uma cidade no sul do Brasil*. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana. “Tá lá o corpo estendido no chão...”: a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. *Physis: Revista de Saúde Pública*. vol. 16. n. 2, p. 233-249. DOI 10.1590/S0103-73312006000200006

CARVALHO, Mario. “*Muito Prazer, Eu Existo!*” *Visibilidade e reconhecimento no ativismo de pessoas trans no Brasil*. Tese de doutorado em Saúde Coletiva. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2015.

CARVALHO, Mario. “Notas etnográficas sobre duas manifestações de rua do ativismo trans no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 33, n. 96. p.339616. DOI 10.17666/339616/2018

CARVALHO, Renata. *Manifesto transpofágico*. São Paulo: editora Monstra, 2022. (mimeo).

CASSIANO, Ophelia. “Guia para linguagem neutra”. *Medium: Ophelia Cassiano*, 30 set. 2019. Disponível em <https://medium.com/guia-para-linguagem-neutra-pt-br/guia-para-linguagem-neutra-pt-br-f6d88311f92b> Acesso em 10 ago. 2023.

CAVALCANTE, Antonio Simão. *Ser'tão travesti: narrativas de gênero, resistência e sobrevivência de travestis do sertão central cearense*. Dissertação de mestrado Interdisciplinar em História e Letras. Quixadá: Universidade Estadual do Ceará, 2018.

CAVALCANTI, Céu; BARBOSA, Roberta B.; BICALHO, Pedro Paulo G. “Os Tentáculos da Tarântula: Abjeção e necropolítica em operações policiais a travestis no Brasil pós-redemocratização”. In: *Psicologia: Ciência e Profissão*, vol. 38, n. especial 2, p. 175-191, 2018. DOI 0.1590/1982-3703000212043

CESARO, Cleyton Geovani Kremer de. “Políticas públicas de saúde à população LGBT: percepção das travestis que se prostituem diante da realidade da cidade de confresa-MT”. *Aceno, revista de antropologia do Centro-Oeste*, vol. 3, n. 5. p. 223-241, 2016. DOI 10.48074/aceno.v3i5.3812

CLOSE, Roberta; RITO, Lucia. *Muito prazer, Roberta Close*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1998.

COACCI, Thiago. *Conhecimento precário e conhecimento contra-público: a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil*. Tese de doutorado em Ciência Política. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

COACCI, Thiago. “Encontrando o transfeminismo brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão”. *História Agora*, n.1, p. 134-161, 2014.

COELHO, Juliana Frota Justo. *Bastidores e estreias: performers trans e boates gays “abalando” a cidade*. Dissertação de mestrado em Sociologia. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2009.

CONCILIO, Isabele Leite; AMARAL, Marcos; SILVEIRA, Paula Morena. (Orgs). *Transcidadania: Práticas e trajetórias de um programa transformador*. São Paulo: Koinonia; 2017.

COSTA, Caio Jade. “Nem isto nem aquilo: masculinidades diversas nas autobiografias A queda para o alto de Anderson Herzer e Erro de pessoa: Joana ou João? de João W. Nery”. In: ALÓS, Anselmo; FERREIRA, Cinara; SILVA-REYS, Dennys. (Orgs.). *Poéticas e políticas do feminino na literatura*. Porto Alegre: CLAS, 2021, pp. 237-251.

COSTA, Caio Jade. “Saídas de emergência: autobiografias e espiritualidades trans”. *Sacrilegens*, vol. 17. n. 1, p. 32-45, 2020. DOI 10.34019/2237-6151.2020.v17.30735

COSTA, Hainra Asabi Alves. *Identidade racial e transexual: um olhar sobre os PNLD de sociologia*. Dissertação de mestrado em Sociologia. Marília: Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em rede/Unesp, 2020.

DAMÁSIO, Anne Christine. *Botando corpo e (re)fazendo gêneros: uma etnografia sobre travestis e drag queens*. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009.

DELGADO, Manuel. *El animal publico*. Barcelona: Anagrama, 1999.

DEUS, Amadeu Lima. “Somos Veteranas”: *As experiências do tempo vivido a partir das narrativas e memórias de mulheres travestis e transexuais*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Belém: Universidade Federal do Pará, 2017.

DUMARESQ, Leila. “Transfeminismo: contradição na opressão”. *Revista Gênero*, vol. 14., n. 1, p.28-43. 2013. DOI 10.22409/rg.v14i1.597

DUQUE, Tiago. *Montagens e desmontagens: desejo, estigma e vergonha entre travestis adolescentes*. São Paulo: Annablume, 2011.

EFREM FILHO, Roberto. “À queima-roupa. rebaixamento, prazer e desejo em casos de violência policial contra travestis”. *Anuário Antropológico*, vol. 46, p. 30-48, 2021.

ELIAS, Valéria de Araújo. *Para além do que se vê: das transexualidades às singularidades na busca pela alteração corporal*. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Assis (SP): UNESP, 2007.

FAUSTINO, Gustavo Augusto Assis. *Megg Rayara Gomes de Oliveira: Primeira Travesti Negra Doutora do Brasil*. *Revista da ABPN*, v. 12, n. 33, 2020, p.718-724

FAVERO, Sofia. “Por uma ética pajubariana: a potência epistemológica das travestis intelectuais”. *Revista Equatorial*, vol. 7, n. 12, 2020a. DOI 10.21680/2446-5674.2020v7n12ID18520

FAVERO, Sofia. *Crianças trans: infâncias possíveis*. Salvador: Editora Devires, 2020b.

FAVERO, Sofia. *Pajubá-terapia: ensaios sobre a cisnorma*. Porto Alegre: Nemesis Editora, 2020c.

FAVERO, Sofia. *Psicologia Suja*. Salvador: Editora Devires, 2022.

FERNANDES, Estêvão Rafael. “A colonização das sexualidades indígenas: um esboço interpretativo”. *Revista Enfoques*, vol. 15, n. 1, p. 50-56, 2016.

FERNANDES; Estêvão; GONTIJO, Fabiano. “Diversidade sexual e de gênero e novos descentramentos: um manifesto queer caboclo”. *Amazonica: revista de antropologia*, vol. 8, n. 1. p. 14-22, 2016 DOI 10.18542/amazonica.v8i1.4722

FERREIRA, Paulo Rogers. *Os afectos mal-ditos: o indizível nas sociedades camponesas*. São Paulo: HUCITEC/Anpocs, 2008.

FLORENTINO, Cristina de Oliveira. *Bicha tu tens na barriga, eu sou mulher: etnografia sobre travestis em Porto Alegre*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.

FONSECA, Claudia. "A dupla carreira da mulher prostituta". *Revista Estudos Feministas*, vol. 4, n. 1, 1996. DOI 10.1590/%25x

FRANCH, Mônica; NASCIMENTO, Silvana. "A produção antropológica em gênero e sexualidades no Brasil na última década (2008-2018)". *Boletim Informativo Bibliográfico*, n.92, 2020. DOI 10.17666/bib9209-2020

GARCIA, Loreley; NASCIMENTO, Silvana. "Family Girls: A Study about Juvenile Prostitution in the Indigenous areas in Northeast of Brazil". *International Journal of Gender & Women's Studies*, vol. 2, p. 01-25, 2014.

GARCIA, Loreley; NASCIMENTO, Silvana. *Primas: Retratos da Prostituição Feminina na Paraíba*. João Pessoa: EdUEPB, 2016.

GASPAR, Maria Dulce. *Garotas de programa: prostituição em Copacabana e identidade social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

GONTIJO, Fabiano; COSTA, Francisca Célia. "Ser Traveco é Melhor que Mulher?": considerações preliminares acerca das discursividades do desenvolvimentismo e da heteronormatividade no mundo rural piauiense. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 6, p. 171-186, 2012.

GONTIJO, Fabiano; ERICK, Igor. "Diversidade Sexual e de Gênero, Ruralidade, Interioridade e Etnicidade no Brasil: Ausências, Silenciamentos e... Exortações". *Aceno, revista de antropologia do Centro-Oeste*, vol. 2, n. 4. p. 24-40, 2015. DOI 10.48074/aceno.v2i4.3181

GONTIJO, Fabiano. Sexualidade e Ruralidade no Brasil: o que os estudos rurais e os estudos de gênero e sexualidade (não) dizem sobre essa relação?. Vivência: *Revista de Antropologia*, Vol. 45, p. 145-158, 2015a.

GONTIJO, Fabiano. "Antropologia fora dos eixos? algumas considerações sobre as particularidades da formação de um campo de pesquisas no Piauí, Brasil". *Revista FSA (Faculdade Santo Agostinho)*, vol. 12, p. 49-62, 2015b.

GONTIJO, Fabiano. "Kátia Tapety: ora mulher, ora travesti? Gênero, sexualidade e identidades em trânsito no Brasil". *Cadernos Pagu*, vol. 43, p. 299-319, 2014. DOI 10.1590/0104-8333201400430299

GRUNVALD, Vi. *Existências, insistências e travessias: sobre algumas poéticas e políticas do travestimento*. Tese de doutorado em Antropologia Social. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016.

GUERRA, Veronica. *Mulheres de bens: famílias, trânsitos e afetos nas negociações morais do retorno à Paraíba*. Tese de doutorado em Antropologia. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2019.

GUERRA, Veronica. *Sou salobra: travestilidade, lazer e sociabilidade no Litoral Norte da Paraíba*. Dissertação de mestrado em Antropologia. João Pessoa e Rio Tinto: Universidade Federal da Paraíba, 2015.

GUERRA, Verônica. *Diague, racha! - travestis entre zonas urbanas e indígenas: Litoral Norte da Paraíba*. Monografia de conclusão de curso em Antropologia. Rio Tinto (PB): Universidade Federal da Paraíba, 2012.

GUIMARÃES, Amanda; ZENI, Lielson. *Meu nome é Amanda*. Brasília: Fábárica 231, 2016.

HERZER, Anderson. *A queda para o alto*. São Paulo: editora Vozes, 1982.

IAZETTI, Brume Dezembro. "Existe universidade em pajubá?": transições e interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas trans. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Campinas (SP): Universidade Estadual de Campinas, 2021.

JAYME, Juliana. G. "Personagens e máscaras na noite, uma discussão de gênero – interpretando as distinções e encontros entre travestis, transfromistas e drag-queens". *Anais da XXI Reunião Brasileira de Antropologia*. Vitória: Associação Brasileira de Antropologia, 1998.

JAYME, Juliana. G. *Travestis, transfromistas, drag-queens, transexuais: personagens e máscaras no cotidiano de Belo Horizonte e Lisboa*. Tese de doutorado em Antropologia Social. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2001.

JESUS, Jaqueline Gomes de. "Feminismos contemporâneos e interseccionalidades". *Revista REBEH*, vol. 1, n.1, 2018.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Xica Manicongo: a transgeneridade toma a palavra. *Revista Docência e Cybercultura*, vol. 3, n.1, 2019.

JESUS, Jaqueline Gomes e colaboradores. *Transfeminismo – teoria e prática*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

JESUS, Jaqueline Gomes. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião*. Brasília: edição da autora, 2012. Disponível em: https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989 Acesso em agosto/2023

KAAS, Hailey. *O que é transfeminismo, uma breve introdução*. 2015. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/371874/mod_resource/content/0/Encontro%206%20-%20O-que-%C3%A9-Transfeminismo.pdf Acesso em ago. 2023.

KULICK, Don. *Travesti – prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz., 2008.

KULICK, Don. *Travesti: Sex, Gender, and Culture among Brazilian Transgendered Prostitutes*. Chicago: Chicago Univesity Press, 1998.

LANZ, Leticia. *O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero*. Dissertação de mestrado em Sociologia. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2014.

LATOURE, Bruno. "Paris, cidade invisível: o plasma". *Ponto.Urbe*, n. 5, 2009. Disponível em <https://journals.openedition.org/pontourbe/1632>

LEAL, Dodi. *Performatividade transgênera: equações poéticas de reconhecimento recíproco na recepção teatral*. Tese de doutorado em Psicologia Social. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018.

LEFÈBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2006.

LEITE JR, Jorge. *Nossos corpos também mudam: A invenção das categorias travesti e transexual no discurso científico*. São Paulo: Annablume, 2011.

LEITE JR., Jorge. "Transitar para onde? Monstruosidade, (des)patologização, (in) segurança social e identidades transgêneras". *Revista Estudos Feministas*, vol. 20, n. 2., p.559-568, 2012. DOI 10.1590/S0104-026X2012000200016

LIMA, Aline Soares. *Quem sou eu: autorrepresentações de travestis no orkut*. Dissertação de mestrado em Cultura Visual. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2009.

LIMA, Lux Ferreira. *Trânsitos em texto: uma análise comparada de biografias e autobiografias de pessoas trans no Brasil e nos Estados Unidos*. Tese de doutorado em Antropologia Social. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2022.

LOPES, Aureliano. "Para uma história dos concursos de beleza trans: a criação de memórias e tradição para um certame voltado para travestis e mulheres transexuais". *Cadernos Pagu*, n. 50, p. e175015, 2017. DOI 10.1590/18094449201700500015

LUSTOSA, Tertuliana. *Sertransneja*. Cordel com ilustração de Metheus Passareli e texto de Tertuliana Lustosa. (s/l): Coletivo Xica Manicongo, 2017.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Da periferia ao centro: trajetória de pesquisa em Antropologia Urbana*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. "De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, n. 49, p. 11-29, 2002. DOI 10.1590/S0102-69092002000200002

MAIA, Denise. *Mulheres e travestis trabalhadoras do sexo em Recife: um desafio para a política de prevenção às DST/HIV e AIDS*. Dissertação de mestrado em Saúde Pública. Recife: Fundação Oswaldo Cruz, 2006.

MARILAC, Luisa; QUEIROZ, Nana. *Eu, travesti: memórias de Luisa Marilac*. Rio de Janeiro: Record, 2019.

MASIERO, Luciana. "Cirurgia de redesignação sexual no Brasil: rostos e corpos buscando uma identidade". *Bagoas - Estudos gays, gênero e sexualidades*. vol. 12, n. 18, p. 108-139.

MELO, Jailton Bezerra. *"Afasta de mim esse CALE-SE": Narrativas de corporalidades travestis e trans para uma ação clínica e política em psicologia*. Tese de doutorado em Psicologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2019.

MIRELLA, Luana. *Localidade ou metrópole? Demonstrando a capacidade de atuação política das travestis no mundo-comunidade*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Brasília: Universidade de Brasília, 2010.

MOIRA, Amara. *E se eu fosse puta*. São Paulo: Hoo Editora, 2016.

MOMBAÇA, Jota. *Não vão nos matar agora*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MOMBAÇA, Jota. "Pode um cu mestiço falar?". *Medium Monstrx Eratika*, 6 jan. 2015. Disponível em: <https://medium.com/@jotamombaca/pode-um-cu-mestico-falar-e915ed9c61ee>. Acesso em ago. 2023.

MONGIN, Olivier. *A condição urbana: a cidade na era da globalização*. São Paulo, Estação Liberdade, 2009.

MOTT, Luiz. *Escavidão, Homossexualidade e Demonologia*. São Paulo: editora Ícone, 1988.

MOTT, Luiz. *Homossexuais da Bahia: Dicionário Biográfico (Séculos XVI-XIX)*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 1999.

MURTA, Daniela. *A psiquiatrização da transexualidade: análise dos efeitos do diagnóstico de Transtorno de Identidade de Gênero nas práticas de saúde*. Dissertação de mestrado em Saúde Coletiva. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2007.

MURTA, Daniela. *Os desafios da despatologização da transexualidade: reflexões sobre a assistência a transexuais no Brasil*. Tese de doutorado em Saúde Coletiva. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2011.

NASCIMENTO, Francisco Elionardo de Melo. *Travestilidades Aprisionadas: narrativas de experiências de travestis em cumprimento de pena no Ceará*. Dissertação de mestrado em Sociologia. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2018.

NASCIMENTO, Letícia. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NASCIMENTO, Silvana; FRANCH, Mônica. *Entre o sertão e o mar: poéticas e políticas LGTB na Paraíba*. Salvador: Devires, 2018a.

NASCIMENTO, Silvana; GARCIA, Loreley. "Nas armadilhas do desejo: privações e movimentos de jovens prostitutas em zonas rurais". *Cadernos CRH*, vol. 28, n. 74, p. 383-396, 2015. DOI 10.1590/S0103-49792015000200010

NASCIMENTO, Silvana; GARCIA, Loreley. "Family as A Trap: The other Side of Family Agriculture". *International Journal of Humanities and Social Science*, vol. 4, p. 84-94, 2014.

NASCIMENTO, Silvana. "Hétero é sempre normativo? Gênero, socialidade e deslocamentos em contextos interioranos". *O Público e o Privado*, vol. 20, n. 41, p. 109-140, 2022a. DOI 10.52521/20.8109

NASCIMENTO, Silvana. "Epistemologias transfeministas negras: perspectivas e desafios para mulheres múltiplas". *Estudos Históricos*, vol. 35, n. 77. p.548-573, 2022b. DOI 10.1590/S2178-149420220311

NASCIMENTO, Silvana. "Fugas e contrapontos na fronteira: reflexões etnográficas sobre transitividades corporais e de gênero no Alto Solimões/AM". *R@U - Revista de Antropologia da UFSCar*, vol. 11, n. 1. p.524-551, 2019a. DOI 10.52426/rau.v11i1.299

NASCIMENTO, Silvana. “Corpografias divergentes: las ciudades deseadas y las prohibidas en las experiencias travestis (Brasil)”. *Revista Colombiana de Antropología*, vol. 55, n. 2, p. 93-116, 2019b. DOI 10.22380/2539472x.800

NASCIMENTO, Silvana. “O corpo da antropóloga e os desafios da experiência próxima”. *Revista de Antropologia*, vol. 62, n. 2, p. 459-484, 2019c. DOI 10.11606/2179-0892.ra.2019.161080

NASCIMENTO, Silvana. “Desire-cities: a transgender ethnography in the urban boundaries”. *Vibrant - Virtual Brazilian Anthropology*, vol. 15, n. 1, p. 1-18, 2018. DOI 10.1590/1809-43412017v15n1a501

NASCIMENTO, Silvana. “Variações do feminino: circuitos do universo trans na Paraíba”. *Revista de Antropologia*, vol. 57, n. 2, p. 377-411, 2014. DOI 10.11606/2179-0892.ra.2014.89117

NASCIMENTO, Silvana. *Faculdades femininas e saberes rurais - uma etnografia sobre gênero e sociabilidade no interior de Goiás*. Tese de doutorado em Antropologia Social. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

NERY, João W. *Erro de pessoa: Joana ou João?* Rio de Janeiro: editora Record, 1984.

NERY, João W. *Viagem solitária: memórias de um transexual 30 anos depois*. Rio de Janeiro: Leya, 2011.

NERY, João; MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. “Trans-homens no ciberespaço II: biopolíticas nos tecno-homens”. In: BENTO, Berenice; FÉLIX-SILVA, Antônio Vladimir (ogs.). *Desfazendo gênero: subjetividade, cidadania, transfeminismo*. Natal: EDUFRRN, 2015. pp. XX-YY

NEVES, Benjamim Braga de Almeida. “Transmasculinidades no ambiente escolar: laicidade e resistências”. In: RODRIGUES, Alessandro; MONZELI, Gustavo Artur; FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva (org.). *A política no corpo: gêneros e sexualidades em disputa*. Vitória: Edufes, 2016. p. 161-176.

ODARA, Thiffany. *Pedagogia da desobediência: travestilizando a educação*. Salvador: editora Devires, 2020.

OLIVAR, José Miguel Nieto. *Guerras, trânsitos e apropriações: políticas da prostituição feminina a partir das experiências de quatro mulheres militantes em Porto Alegre*. Tese Antropologia Social. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

OLIVAR, Jose Miguel. *Devir-puta: políticas da prostituição de rua na experiência de quatro mulheres militantes*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

OLIVAR, José Miguel Nieto; CUNHA, Flávia; ROSA, Patrícia. “Presenças e mobilidades transfronteiriças entre Brasil, Peru e Colômbia: o caso da imigração peruana na amazônia brasileira”. *Revista Tomo*, n. 26, pp.123-163, 2015. DOI 10.21669/tomo.v0i0.4405

OLIVEIRA, André Lucas Guerreiro. “Somos quem podemos ser”: os homens (trans) brasileiros e o discurso pela (des)patologização da transexualidade. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

OLIVEIRA, Lorena. *Travesti envelhece, não vira purpurina! Um olhar interseccional sobre a(s) velhice(s) na experiência de travestis em Belo Horizonte*. Dissertação de mestrado em Antropologia. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

OLIVEIRA, Marcelo. *O lugar do travesti em desterro. Dissertação de mestrado em Antropologia Social*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1997.

OLIVEIRA, Maria Isabel Zanzotti. *Nas margens do corpo, da cidade e do Estado: educação, saúde e violência contra travestis*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. *Nem ao centro nem a margem – corpos que escapam às normas de raça e gênero*. Salvador: Devires, 2020a.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. *O diabo em forma de gente – (r)resistências de gays afeminados, viados e bichas na educação*. Salvador: Devires, 2020b.

OLIVEIRA, Neuza. *Damas de paus: o jogo aberto dos travestis no espelho da mulher*. Salvador, Centro Editorial e Didático da UFBA, 1994 [1983].

OLIVEIRA, Thiago. *Formas de ocupar o impossível: corpo, afeto e transformação social no processo de urbanização da tríplice fronteira*. Tese de doutorado em Antropologia Social. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2022.

PALOMINO, Erika. *Babado forte – moda, música e noite*. São Paulo: editora Mandarim, 1999.

PATRIARCA, Letizia. “Donas de casa, de prostituição: sobre as violências decorrentes da criminalização dos contextos destas práticas”. In: *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, v.5, n.3, 2019.

PATRIARCA, Letizia. *As corajosas: etnografando experiências travestis na prostituição*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.

PATRICIO, Cecilia. *No truque: transnacionalidade e distinção entre travestis brasileiras*. Tese de doutorado em Antropologia. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

PATRICIO, Cecilia. *O travesti: uma questão de gênero*. Dissertação de mestrado em Antropologia. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

PEIRANO, Marisa. 2008. “Etnografia ou a teoria vivida”. *Ponto.Urbe*, n. 2, 2008. Disponível em <https://journals.openedition.org/pontourbe/1890> Acesso em agosto/2023.

PEIXE, Alexandre; MORELLI, Fabio. “Homens do futuro”: o movimento de homens trans no Brasil sob o olhar de Xande Peixe. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa. (Orgs). *História do Movimento LGBT no Brasil*. Rio de Janeiro: Alameda, 2018.

PELUCIO, Larissa. “Desejos, brasilidades e segredos: o negócio do sexo na relação entre clientela espanhola e travestis brasileiras”. *Bagoas: Estudos Gays*, vol. 5, p. 243-266, 2011

PELUCIO, Larissa. *Abjeção e Desejo - uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids*. 1. ed. São Paulo, SP: Editora Annablume, 2009.

PELUCIO, Larissa. "Toda Quebrada na Plástica": Corporalidade e construção de gênero entre travestis paulistas. *Campos: revista de Antropologia*, vol. 6, n. 1, p. 97-108, 2006.

PELUCIO, Larissa. "Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti". *Cadernos Pagu*, n. 25, 2005, p. 217-248. DOI 10.1590/S0104-83332005000200009

PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo*. 2ª edição. São Paulo: Perseu Abramo, 2008 [1987].

PFEIL, Bruno; PUSTILNICK, Nicolas; VICTORIANO, Nathan. (Orgs). *Corpos Transitórios: narrativas transmasculinas*. Salvador: Devires, 2021.

PINHEIRO, Rafa. *Linn(da) que brada: Dissidências poéticas, corporalidade em movimento e estéticas insurgentes*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Guarulhos: Universidade Federal de São Paulo, 2022.

PINHEIRO, Tarcisio Dunga. *Entre elas: políticas públicas e cidadania de travestis e mulheres transexuais de uma ONG em Natal/RN*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2016.

PINHO, Ruddy. *Liberdade ainda que profana*. Rio de Janeiro: Razão Cultural, 1998.

PINTO, Thiago Pestana; TEIXEIRA, Flavia; BARROS, Claudia; MARTINS, Ricardo; SAGGESE, Gustavo; BARROS, Daniel; VERAS, Maria Amélia. "Silicone Líquido industrial para transformar o corpo: prevalência e fatores associados ao seu uso entre travestis e mulheres transexuais em São Paulo, Brasil". *Cadernos de Saúde Pública*, vol. 33, n. 7, p. e00113316, 2017. DOI 10.1590/0102-311X00113316

PIRANI, Denise. *Quands les lumières de la ville s'éteignent: minorités et clandestinités à Paris, Le cas des travestis*. Tese de doutorado em Etnologie et Anthropologie Sociale. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1997.

PISCITELLI, Adriana. "Apresentação: mercados do sexo". *Cadernos Pagu*, n. 25, p. 7-23, 2005.

PISCITELLI, Adriana. *Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo*. Rio de Janeiro: edUERJ, 2013.

PONTES, Julia Clara de. "'Disforia' e 'incongruência' de gênero: notas sobre a gestão biomédica da(s) infância(s) e adolescência(s) 'trans'". *Revista Enfoques*, vol. 18, n. 2, p. 135-157, 2021.

PORCHAT, Patricia. *Psicanálise e transexualismo: desconstruindo gêneros e patologias com Judith Butler*. Curitiba: editora Juruá, 2014.

PRADA, Monique. *Putafeminismo*. São Paulo: Veneta, 2018.

PRECIADO, Paul. *Testo Yonqui: sexo, drogas y biopolítica*. Barcelona: Anagrama, 2008.

RAMOS, Jesser. *De portas abertas para seguir a vida: a Casa 1 e sua política com a rua*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2021.

RÊGO, Yordanna Lara Pereira. *"Combinamos de não morrer": transfobia, racismo e resistência à necropolítica entre pessoas trans negras em Goiás*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Goiânia: Universidade Federal da Goiás, 2021.

REIDEL, Marina. *A pedagogia do salto alto: histórias de professoras transexuais e travestis na educação brasileira*. Dissertação de mestrado em Educação. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

ROCHA, Rachel. *Capricho, Farsa ou Imitação da Realidade: Discursos do Direito em acórdãos de Retificação de Registro Civil de Travestis e Transsexuais*. Dissertação de mestrado em Mudança Social e Participação política. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017.

RODRIGUES, André R. *A gente não tem parada: etnografia e deslocamentos (de) travestis*. Doutorado em Antropologia Social. UFSCAR, 2021.

SABATINE, Thiago. *Travestis, territórios e prevenção de aids numa cidade do interior de São Paulo*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Marília: Unesp, 2012.

SALES, Adriana Barbosa. *Travestilidades e escola nas narrativas de algumas travestis*. Dissertação de Mestrado em Educação. Rondonópolis (MT): Universidade Federal de Mato Grosso, 2012.

SALES, Adriana Barbosa. *Travestis brasileiras e escolas (da vida): cartografias do movimento social organizado aos gêneros nômades*. Tese de doutorado em Psicologia. Assis (SP): Unesp, 2018.

SAMPAIO, Fabrício. As "montagens" do "ponto": Da negociação do "ploque" ao "viço". *Aceno - revista de antropologia do Centro-oeste*. vol. v. 3, n. 5, p. 206-222, 2016. DOI 10.48074/aceno.v3i5.3823

SAMPAIO, Juciana. *Incorporação e compartilhamento do desejo: notas sobre corporalidades e o caráter associativo entre travestis em São Luís, Maranhão*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2009.

SANDER, Vanessa. *Entre manuais e truques: uma etnografia das redes do trabalho sexual entre travestis em Belo Horizonte*. Dissertação de mestrado em Antropologia. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

SANTANA, Bruno; PEÇANHA, Leonardo; CONCEIÇÃO, Vércio. (Orgs). *Transmasculinidades Negras: narrativas plurais em primeira pessoa*. São Paulo: Ciclo contínuo editorial, 2021.

SANTOS, José Paulo Ramos dos. *Marca corpórea identificadora da negação social: o suplício dos corpos trans*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2021.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Rafael França Gonçalves dos. *Montagens de si: relações de amizade e experiências trans em Campos dos Goytacazes, 1990-2017*. Tese de Doutorado em História. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2018.

SASSEN, Saskia. *The global city*. Princeton: Princeton University Press, 1991.

SILVA, Ana Paula; BLANCHETTE, Thaddeus Gregory. “Por amor, por dinheiro? Trabalho (re)produtivo, trabalho sexual e a transformação da mão de obra feminina”. *Cadernos Pagu*, n. 50, p. e175019, 2017. DOI 10.1590/18094449201700500019

SILVA, Hélio. *Certas cariocas: travestis e vidas de rua no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

SILVA, Hélio. *Travesti - a invenção do feminino*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: ISER / Relume-Dumará, 1993.

SILVA, Hélio. *Travestis – entre o espelho e a rua*. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

SILVA, Jovana Baby Cardoso da. *Bajubá Odara – resumo histórico do nascimento do movimento de travestis no Brasil*. Picos (PI): edição da autora, 2021.

SIQUEIRA, Monica. *Arrasando horrores: uma etnografia das memórias, formas de sociabilidade e itinerários urbanos de travestis das antigas*. Tese de doutorado em Antropologia Social, UFSC, 2009.

SOARES, Douglas Verbicaro. Transgêneros e o direito ao voto cidadão de 2018 no Brasil. *Bagoas*, n. 19, 2018.

SOBREIRA, Eduardo Rezende Miranda. “Uma leitura semiótica do Miss Brasil Gay”. *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sudeste – Juiz de Fora – MG*, 2007.

SOLIVA, Thiago Barcelos. “Sobre o talento de ser fabulosa: os “shows de travesti” e a invenção da “travesti profissional”. *Cadernos Pagu*, vol. 53. p. e185314. DOI <https://doi.org/10.1590/18094449201800530014>

SOUZA, Cristiane Prudenciano de. *Resistência trans: práticas sociais na construção da cidadania de travestis e transexuais na cidade do Recife*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2018.

SOUZA, Dediane. “Dando o nome”: eu e Dandara na construção de narrativas de humanidades de travestis em Fortaleza-CE a partir de um recorte do *Jornal o Povo*. Dissertação de mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Ceará e Universidade de Integração da Lusofonia Afro-Brasileira, 2022.

SOUZA, Roberto Cezar Maia de; BRAGA, Iara Falleiros; MONZELLI, Gustavo; FRANCH, Mônica. (Orgs.). *Políticas públicas como lugar de resistência: o centro de cidadania LGBT de João Pessoa*. João Pessoa: editora Unipe, 2021.

SPIZZIRRI, Giancarlo; EUFRÁSIO, Raí; LIMA, Maria Cristina Pereira; NUNES, Hélio Rubens de Carvalho; KREUKELS, Baudewijntje P. C.; STEENSMA, Thomas D.; ABDO, Carmita Helena Najjar. “Proportion of people identified as transgender and non-binary gender in Brazil”. *Nature - Scientific Reports*, vol. 11, n. 2240, 2021. DOI 10.1038/s41598-021-81411-4

TEIXEIRA, Flavia. “Juízo e Sorte: enredando maridos e clientes nas narrativas sobre o projeto migratório das travestis brasileiras para a Itália”. In: PISCITELLI, Adriana; ASSIS, Glaucia de Oliveira; OLIVAR, José Miguel Nieto. (Org.). *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2011, pp. 225-262.

TEIXEIRA, Flavia. *Armadilhas da (re)solução: (in)visibilidades na construção do processo transexualizador*. Ano. IX, n. 68. Brasília, Letras Livres, 2009. (Série Anis)

TEIXEIRA, Flavia. “L’Italia dei Divieti: entre o sonho de ser européia e o babado da prostituição”. *Cadernos Pagu*, vol. 31, p. 275-308, 2008. DOI 10.1590/S0104-83332008000200013

TENÓRIO, Leonardo; PRADO, Marco Aurélio Máximo. “As contradições da patologização das identidades trans e argumentos para a mudança de paradigma”. *Revista Periódicus*, vol. 1, n. 5, p. 41-55, . 2016. DOI 10.9771/peri.v1i5.17175

TOTA, Martinho. “Eixos, nexos e câmbios da diferença: discursos e trajetórias políticas envolvendo etnicidade, homossexualidade e religião”. *Bagoas: Revista de Estudos Gays*, vol. 7, p. 295-322, 2013.

TOTA, Martinho. “Cinco vidas: travestilidades, gênero, sexualidades e etnicidades no interior da Paraíba”. *Revista de Antropologia*, vol. 58, p. 173-207, 2015.

VALE, Alexandre Flemming Camara. *O voo da beleza: travestilidade e devir minoritário*. Tese de doutorado em Sociologia. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2005.

VASCO, Marcela. *Imagens trans: as relações de transexuais com suas fotografias de infância*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Guarulhos (SP): Universidade Federal de São Paulo, 2015.

VERGUEIRO, Viviane. “Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial”. In: MESSEDER, Suely.; CASTRO, Mary Garcia.; MOUTINHO, Laura. (orgs.). *Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero*. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 249-270.

VERGUEIRO, Viviane. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação de mestrado na área multidisciplinar Cultura e Sociedade. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2015.

VIEIRA, Francisco Cleiton. *A segurança biológica na transição de gênero: uma etnografia das políticas da vida no campo social da saúde trans*. Tese de doutorado em Antropologia Social. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020.

VIEIRA, Helena. “Transfeminismo”. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Explosão feminista*. São Paulo, Companhia das Letras, 2018.

VIP, Angelo; LIBI, Fred. *Aurélia, A dicionária da língua afiada*. São Paulo: Editora da Bispa, 2006.

VITORINO BRASILEIRO, Castiel. *Quando o sol aqui não mais brilhar: a falência da negritude*. São Paulo: n-1, 2022.

WEBER, Gabrielle; Lopes, R. ; Carrasco, J. ; Pugliesi, L. . A Ameaça Trans Uma análise dos espantalhos argumentativos que avançam sobre as casas legislativas. *REBEH -Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, v. 7, p. 1, 2024.

HABITAR É PRECISO, CONVIVER COM VIOLÊNCIA NÃO É PRECISO

Diferentes arranjos familiares e políticas públicas habitacionais para a população LGBTQIA+

*HOUSING IS NECESSARY, LIVING
WITH VIOLENCE IS NOT NECESSARY
Different family arrangements and
public housing policies for the LGBTQIA+ population*

Eduardo Rocha Lima¹ e Yuri Nascimento Paes da Costa²

Resumo

Apesar de representar a maior economia da América Latina, os números de mortes e de crimes de ódio contra as pessoas LGBTQIA+ no Brasil evidenciam a constante caracterização destas vidas como precárias. O estado de constante exposição às ameaças e sobrevivências extravasa para diversos dispositivos da biopolítica contemporânea. Dentre esses, é inegável que o controle das sexualidades e dos corpos também se reflete nas políticas homogeneizantes de assistência social e de habitação. A partir deste cenário, o objetivo do presente artigo é tecer reflexões acerca das diversas formas de construção de famílias afetivas e de habitação praticadas pela população LGBTQIA+ para, então, pensarmos as políticas de habitação e de acolhimento institucional existentes no Brasil hoje. Para tanto, o debate foi fundamentado nas discussões de Foucault (2007), Preciado (2002), Schulman (2009), Butler (2015, 2018) e também foram utilizados textos das normativas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da Política Nacional de Habitação (PNH) como objeto de crítica a partir de uma perspectiva LGBTQIA+.

Palavras-chave: população LGBTQIA+, habitação, acolhimento institucional, vidas precárias, cisheteronormatividade.

Abstract

Despite representing the largest economy in Latin America, the number of deaths and hate crimes against LGBTQIA+ people in Brazil highlights the constant characterization of these lives as precarious. The state of constant exposure to threats and survival spills over into various mechanisms of contemporary biopolitics. Among these, it is undeniable that the control of sexualities and bodies is also reflected in the homogenizing policies of social assistance and housing. Based on this scenario, the objective of this article is to reflect on the various forms of building affective families and housing practiced by the LGBTQIA+ population, in order to then think about the housing and institutional reception policies that exist in Brazil today. To this end, the debate was based on discussions by Foucault (2007), Preciado (2002), Schulman (2009), Butler

¹ Arquiteto Urbanista, doutor em Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFBA e do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Prof. Milton Santos (IHAC – UFBA).

² Advogado, Arquiteto e Urbanista, Mestrando em Arquitetura e Urbanismo pela UnB, Especialista em Direito Urbanístico e Ambiental pela PUC Minas Gerais.

(2015, 2018) and texts from the regulations of the Unified Social Assistance System (SUAS) and the National Housing Policy (PNH) were also used as an object of criticism from an LGBTQIA+ perspective.

Keywords: LGBTQIA+ population, housing, institutional care, precarious lives, cisheteronormativity.

Introdução

O presente artigo propõe algumas reflexões acerca das políticas de habitação e de acolhimento institucional para a população LGBTQIA+ no Brasil. Para tanto, iniciamos a discussão falando da importância dos equipamentos conhecidos como Casas de Acolhimento LGBTQIA+ que oferecem moradia temporária e serviços de assistências sociais para esta população. As Casas de Acolhimento cumprem um papel importante de prover direitos básicos, como moradia e assistência social, uma vez que o poder público não contempla de forma eficaz as necessidades da comunidade sexo-gênero dissidente. Reconhecer a trajetória do acolhimento desde a ativista Brenda Lee (início da década de 1980) aos dias atuais é o primeiro passo para construção do entendimento de que é possível imaginar formas de existências possíveis, mais justas, democráticas e menos violentas, para pessoas LGBTQIA+ nas cidades brasileiras.

Contudo, debater sobre habitação e acolhimento institucional da população LGBTQIA+ também sugere a construção de um entendimento sobre a condição precária à qual os sujeitos desta população estão submetidos nas cidades brasileiras. Dados do Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil de 2022 apontam que 37,36% dos crimes contra a vida da população LGBTQIA+ ocorreram em espaço privado (lar e trabalho das vítimas) e que cerca de 49,82% dos crimes ocorreram no espaço público. As violências em espaços públicos e as agressões familiares agravam a precariedade destas existências em sociedade; precariedade esta que deriva diretamente da ausência de reconhecimento ético-moral desses sujeitos, assim como dos modos deles se relacionarem e construírem afetividades, diminuindo suas expectativas de vida. Assim, na continuidade do artigo, reforçamos a importância de diferentes arranjos familiares, distintos da família consanguínea, e a organização em vida coletiva de famílias por afinidades como estratégia para existência da população LGBTQIA+ no Brasil.

Em seguida, é realizada uma breve análise da ausência da população LGBTQIA+ nos textos e normativas do Acolhimento Institucional do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da Política Nacional de Habitação (PNH). As duas partes, complementares do presente estudo, registram a necessidade urgente de se construir políticas públicas de moradia a curto, médio e longo prazo que se destinem claramente à população LGBTQIA+ e que entendam as suas necessidades e especificidades. Este cenário de pretensa neutralidade, de apagamentos e omissões do Estado brasileiro, evidencia maneiras que os regramentos sexuais cisheterossexuais no Brasil tentam subjugar corpos dissidentes para que se possa perpetuar seus privilégios sociais, políticos, econômicos e de espaços, afastando o “perigo” da subversão provocada pela população LGBTQIA+ através dos seus modos de existir com arranjos coletivos/familiares diversos.

O que se espera com esta reflexão é contribuir para os estudos sobre habitação, acolhimento institucional e políticas nacionais de habitação para a população LGBTQIA+ que parece ter arrefecido nas últimas décadas, mas que vem ganhando força nos últimos anos, sobretudo após a pandemia do Sars-Cov II. Assim sendo, assumimos como premissa o entendimento de que toda população tem direito à habitação e de que formas cisheteronormativas de constituir famílias e lares não devem ser a única